



CONCURSO PÚBLICO

COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JOUE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS – CPU_05/2025

CADERNO DE ENCARGOS



PARTE I

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

1 – O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição, pelo Município de Resende, de serviços de seguros, de vários ramos, nos termos e condições definidas no caderno de encargos, seus anexos e legislação em vigor aplicável à atividade seguradora.

2 – O objeto do contrato constitui-se pelas seguintes apólices de seguro, cujo âmbito de garantia ou cobertura de riscos visa prevenir efeitos emergentes da atividade desenvolvida pelo Município e a ele imputável, em matéria de danos corporais e/ou materiais que venham a manifestar-se sobre os seus profissionais, os seus patrimónios, munícipes e população em geral.

Seguro de Acidentes de Trabalho – Trabalhadores Municipais

Seguro de Acidentes de Trabalho – Trabalhadores Estabelecimentos de Ensino

Seguro de Acidentes de Trabalho – Trabalhadores Centros de Saúde

Seguro de Acidentes de Trabalho – Trabalhadores Ação Social

Seguro de Acidentes de Trabalho – Beneficiários de Medidas de Apoio ao Emprego – CEI e CEI+

Seguro de Frota Automóvel

Seguro de Máquinas Casco

Seguro de Responsabilidade Civil Extracontratual (Autarquias)

Seguro Multirriscos Patrimoniais

Seguro de Embarcação (incluindo Marítimo Casco, Responsabilidade Civil Marítimo Turístico e Acidentes Pessoais Ocupantes)

Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Autarcas

Seguro de Grupo Acidentes Pessoais Bombeiros



Município de Resende

Seguro de grupo de acidentes pessoais utentes das instalações desportivas, culturais e recreativas municipais abertos ao público

Seguro de Acidentes Pessoais participantes em atividades temporárias organizadas pelo município;

Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Voluntariado e Elementos da Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)

Seguro escolar

3 – As pessoas, capitais e bens seguros previstos nas especificações técnicas integrantes do presente caderno de encargos poderão ser objeto de alteração, para mais, em conformidade com as efetivas necessidades, em cada momento do Município com o correspondente adicional de prémio, pelos preços unitários constantes da proposta, ou para menos, originando o estorno proporcional que for devido.

4- A alterações ao contrato ao contrato com fundamento em necessidades novas é aplicável o previsto na cláusula 8ª.

Cláusula 2.ª

Contrato

1 – O Contrato integra os seguintes elementos:

- a) O clausulado contratual e anexos;
- b) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que estes erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- d) O presente Caderno de Encargos;
- e) A proposta adjudicada; e
- f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário (se for o caso).

2 – Em caso de divergência entre os vários elementos que integram o Contrato, a prevalência obedece à ordem por que vêm enunciados no número anterior.

Cláusula 3.ª

Condições gerais da prestação

A prestação de serviços subjacente ao objeto do presente Concurso deve ser executada em conformidade com o Caderno de Encargos e suas especificações técnicas.

Cláusula 4.ª

Obrigações e deveres do adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) A obrigação de prestar o serviço de seguros em conformidade com as especificações técnicas contantes dos documentos anexos que fazem parte integrante deste Caderno de Encargos;
- b) A manutenção da validade de todas as autorizações legalmente exigidas para o exercício da atividade seguradora;
- c) A obrigação de proceder às averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento dos sinistros, em especial quando tais ações sejam solicitadas pelo Município de Resende à liquidação dos danos;
- d) O pagamento de quaisquer encargos relativos à execução do Contrato, nomeadamente às referentes ao cumprimento das obrigações previstas na alínea anterior e demais despesas, que nos termos do presente caderno de encargos, não sejam da responsabilidade do Município;
- e) Fornecer nos prazos fixados na respetiva especificação técnica, ou quando não definido, semestralmente, informação relativa aos sinistros participados e respetivo estado, bem como os montantes indemnizados e provisões associadas. O formato e conteúdos da informação a prestar, quando não definida na parte II do caderno de encargos, será comunicada ao prestador, com o início da execução do contrato.
- f) A colocação da carteira de seguros ocorrerá através da SABSEG-Corretor de Seguros, S.A., corretor de seguros do Município, perante o qual não assume a entidade adjudicante qualquer tipo de remuneração.

2 – O segurador obriga-se ainda a:

- a) Fornecer atempadamente todos os elementos, informações e esclarecimentos necessários para que o corretor possa promover uma gestão eficiente dos contratos de seguro adjudicados, incluindo sinistros, devendo após a celebração do contrato identificar os recursos humanos que serão os interlocutores junto do corretor ou do Município, se assim lhe vier a ser requerido.



Município de Resende

- b) Assegurar a remuneração do corretor, conforme previsto na Lei 7/2019, de 16 de janeiro, sem que este facto implique qualquer alteração ao valor da proposta adjudicada.

3 – A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

4 - Em matéria de recursos humanos, deve ser dado cumprimento ao disposto no artigo 419º-A, do CCP, aplicável por remissão do artigo 451º, do mesmo código.

5 – A prova de cumprimento do número anterior pode ser exigida em qualquer momento pelo Gestor do Contrato, devendo a mesma ser efetuada no prazo de 10 dias ou no que, nunca inferior a este, para o efeito for fixado.

6 – Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 5.ª

Obrigações e deveres do Município de Resende

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, constituem obrigações principais da Entidade Adjudicante:

- a) Pagar ao segurador, diretamente, ou por intermédio do corretor os prémios devidos pela contratação das apólices de seguro;
- b) Fornecer ao segurador, por intermédio do corretor, a informação relevante e necessária à vigência das apólices de seguro contratadas, incluindo sinistros, sem prejuízo das obrigações assumidas nos termos da cláusula 4ª.

Cláusula 6.ª

Preço Base e Preço Contratual

1 – Pelo cumprimento de todas as obrigações emergentes do Contrato, a Entidade Adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, isento de IVA, em virtude de este não ser legalmente devido.

2- O preço referido no número 1., não pode em qualquer caso, ser superior a **EUR 429 700,00** (quatrocentos e vinte e nove mil e setecentos euros) isento de IVA, que corresponde, ao preço máximo admitido para todo o período possível de vigência do contrato, nos termos do nº 1 do artigo 47º do CCP, sendo ainda fixados, os seguintes **preços base parciais anuais**:

1ª anuidade EUR 209 600,00



Município de Resende

2ª anuidade EUR 220 100,00

3 – O preço referido no nº 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade Adjudicante.

4 - O preço base fixado no nº 2 foi estabelecido tendo por referência o histórico de aquisições similares, acrescido da atualização devida por revisão ou crésimo de capitais seguros, em cumprimento de disposições legais (Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais), bem como, pelas atualizações já previstas em cada anuidade (atualização de capitais a segurar em Acidentes de Trabalho, a atualização automática de capitais na apólice de multirriscos). Incluem-se, ainda naquele, a previsão de aquisição de novas viaturas (conforme expresso no anexo 1 – Frota Automóvel) e, na apólice de Acidentes de Trabalho CEI e CEI+, o nº de pessoas consideradas no caderno de encargos, tendo por referência, para a sua base de cálculo, em cada anuidade, o período de 12 meses, sem prejuízo de, para a sua execução e obrigação de pagamento relevarem apenas as quantidades/períodos efetivamente requeridas.

Foi ainda considerado o eventual acréscimo de custo da apólice de Responsabilidade Civil de Atividade, em resultado do histórico de sinistralidade, conforme informação que consta das peças do procedimento.

5 – No decurso da execução do contrato, o adjudicatário, por sua iniciativa, não poderá efetuar qualquer alteração às taxas, prémios, coberturas, franquias e outras condições constantes da proposta, com exceção do indicado nas seguintes alíneas e sem prejuízo do previsto na cláusula 8ª:

- a) São permitidas alterações nas coberturas sempre que as mesmas sejam reforçadas e quando não decorra impacto nos valores dos prémios e taxas;
- b) Só são permitidas alterações às taxas e prémios das apólices, se estas resultarem de disposição legal, de norma da Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões, ou de particular agravamento dos riscos cobertos e, neste caso, com consentimento da Entidade Adjudicante.
- c) As alterações que ocorram nas circunstâncias previstas na alínea anterior, com exceção dos casos de particular agravamento do risco, produzem efeitos na data de vencimento da apólice e deverão ser obrigatoriamente comunicadas à Entidade Adjudicante com a antecedência mínima de 30 dias, por correio registado, com aviso de receção, sob pena de ineficácia.

Cláusula 7.ª

Condições de pagamento

1 – As quantias devidas pelo Município de Resende, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais serão emitidas de acordo com o previsto no Regime Jurídico do Contrato de Seguro e com a periodicidade prevista nas Cláusulas Técnicas, o que não é tido como adiantamento de preço.



Município de Resende

- 2 – Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 3 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas preferencialmente através de transferência bancária, diretamente ao prestador ou por intermédio do Corretor do Município.
- 4 – As faturas são emitidas e processadas pelo adjudicatário de acordo com o previsto no Artigo 299º-B do CCP.

Cláusula 8.ª

Alterações ao contrato e revisão ou atualização de preço

- 1 – Reveste a natureza de revisão ou atualização de preço as alterações de preço (prémio) com origem em alteração legal ou regulamentar de capitais seguros, designadamente, alterações de massas salariais por atualização de remuneração ou legalmente determinadas e excedentes à evolução já prevista nas especificações técnicas, bem como, os que se encontrem indexados ao índice de preços ao consumidor (IPC) ou à remuneração mínima mensal garantida (RMMG) ou ao indexante dos apoios sociais (IAS).
- 2 - A atualização de preço prevista no número anterior, no respeitante a Seguro de Acidentes de Trabalho (exceto Beneficiários CEI, a que se aplica o nº anterior), corresponde ao conceito de prémio variável definido no Regime Jurídico do Contrato de Seguro e resulta da aplicação aos capitais (massas salariais), da taxa comercial e respetivos encargos, identificados na proposta e nos demais casos, a referência para revisão ou atualização de preço (prémio), a aplicação das condições da proposta aos capitais de coberturas garantidos que resultem da respetiva atualização, consoante o caso.
- 3 – O adjudicatário deve prestar de forma clara, por escrito, todos os esclarecimentos exigíveis das condições de cada contrato, demonstrando, designadamente, todos os cálculos em que se fundamenta a revisão ou atualização, para os efeitos previstos nos nºs 1 e 2, carecendo sempre de prévia aprovação do Município.
- 4 - O âmbito e natureza das alterações previstas no número 3, da cláusula 1ª, encontram-se delimitadas na especificação técnica relativa a cada uma das apólices de seguro.
- 5 – Sempre que das alterações referidas no nº anterior resulte adicional de prémio, essas estão limitadas a um valor global cumulado inferior a 221.000,00 € e cumulativamente a 10% do preço contratual inicial, nos termos conjugados da alínea a), do nº 3 e o nº 5 do artigo 313º, do CCP, sem prejuízo da aplicabilidade do regime previsto nos artigos 370º a 381º, por remissão do artigo 454º do CCP.
- 6 – São objeto de publicitação no portal dos contratos públicos, nos termos previstos do artigo 315º do CCP, as alterações ou modificações ao contrato.
- 7 – A publicitação referida no nº anterior constitui condição de eficácia, nomeadamente para efeitos de pagamento.



Município de Resende

Cláusula 9.ª

Cessão da posição contratual

- 1 – A cessão, total ou parcial, da posição contratual do adjudicatário e a associação, sob qualquer forma, a outra entidade para execução do contrato depende de autorização escrita da Entidade Adjudicante.
- 2 – Para efeito do disposto no número anterior, o pedido de autorização deve ser formulado com pelo menos 30 dias de antecedência relativamente à data prevista para o acordo de cessão ou de associação.
- 3 – O pedido de autorização previsto no número anterior deve ser instruído com a minuta de acordo de cessão ou de associação e os documentos a que alude a alínea a) do nº 2 do Artigo 318º do Código dos Contratos Públicos, aplicável por remissão do nº 3 do Artigo 319º do mesmo código.

Cláusula 10.ª

Resolução

- 1 – Sem prejuízo do legalmente previsto, a Entidade Adjudicante goza do direito de resolução do Contrato no caso de incumprimento das obrigações emergentes do Contrato, designadamente:
 - a) Quando os serviços prestados não correspondam às especificações constantes das cláusulas técnicas;
 - b) Quando o adjudicatário se dissolva, extinga por qualquer meio, ou seja, declarado insolvente.
- 2 – Sem prejuízo do disposto no Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução do adjudicatário rege-se pelo disposto em legislação especial.

Cláusula 11.ª

Casos fortuitos e de força maior

- 1 – Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no Contrato.
- 2 – Entende-se por caso fortuito ou de força maior, qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
- 3 – A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula 12.ª

Dever de sigilo, confidencialidade e tratamento de dados pessoais



1 – O prestador de serviços, o seu pessoal e todas as entidades e pessoas que aquele utilize no cumprimento das obrigações assumidas com a celebração do contrato, obrigam-se a guardar sigilo sobre toda a documentação e informações a que tenham acesso dos termos do contrato, não podendo facultar a terceiros, quaisquer informações nem sobre a natureza dos próprios serviços, nem sobre os resultados e conclusões deles, sem autorização escrita da Junta de Freguesia, nem utilizá-los em seu benefício.

2 – A obrigação de sigilo profissional referida impõe-se também relativamente às informações que possam ser fornecidas internamente aos técnicos do prestador não diretamente envolvidos na prossecução dos objetivos do contrato, desde que tais informações, pela sua natureza, possam perturbar a normal execução das prestações abrangidas pelo objeto do contrato.

3 – O dever de sigilo abrange ainda toda a documentação e informação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Resende de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

4 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

5 – O corretor de seguros do Município a quem será confiado o apoio na gestão do contrato, não é considerado terceiro, para efeitos do disposto no nº 1, estando, no entanto, também esse vinculado a igual dever de confidencialidade.

6 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

7 – No tocante à confidencialidade e tratamento de dados pessoais, as partes obrigam-se ao cumprimento das disposições legais aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (“Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados”), em relação a todos os dados pessoais por cujo tratamento sejam responsáveis.

Cláusula 13.^a

Penalidades

- 1 – Sem prejuízo do direito à resolução e do legalmente previsto, o incumprimento do contrato legitima a Entidade Adjudicante a adquirir os serviços em falta no mercado, ficando a diferença para mais se houver, a cargo do adjudicatário.
- 2 – Em caso de incumprimento pelo cocontratante das obrigações contratuais, em especial do incumprimento da obrigação prevista na alínea e), da cláusula 4.^a, entidade adjudicante poderá exigir o pagamento de uma sanção pecuniária por cada dia de atraso em montante a determinar, entre 0,01% e 0,05%, fixado em função da gravidade do incumprimento ocorrido e, até ao equivalente, a 20% do valor do preço contratual ou do prémio anual relativa à apólice, em que a informação esteja em falta.
- 3 – As importâncias resultantes da aplicação da penalidade prevista no número anterior poderão ser descontadas nas faturas a liquidar.

Cláusula 14.^a

Duração ou vigência do contrato

- 1 – A prestação de serviços terá início no dia 20 de setembro de 2025, salvo se não se mostrarem reunidas as condições à sua eficácia.
- 2 - O contrato e as apólices emitidas ao seu abrigo, nas condições constantes no presente Caderno de Encargos vigorarão pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, podendo o mesmo ser renovado por igual período, no máximo de uma renovação, cessando em 19 de setembro de 2027.
- 3 – Caso se verifique a impossibilidade de transferência de risco na data prevista, o contrato produzirá efeitos a contar de dia seguinte à sua assinatura, considerando-se, neste caso, que o prazo referido nos nºs 1 e 2, se conta a partir desta data.
- 4 - Cada uma das partes pode obstar à renovação do contrato, devendo para o efeito notificar a outra com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que devesse ocorrer a respetiva renovação.
- 5 - Todas as apólices vigorarão pelo prazo indicado no nº2, salvo a referente ao seguro de Acidentes de Trabalho beneficiários de Medidas de Apoio ao Emprego, promovidos pelo IEFP ou outras entidades, que vigorará pelo prazo comunicado na data da respetiva inclusão.
- 6 – A cessação do contrato por decurso do prazo ou do exercício da faculdade de denúncia não decorre obrigação de indemnizar, sem prejuízo da manutenção da validade das apólices de seguro apólices relativas a beneficiários de medidas de proteção ao emprego, originariamente, emitidas por período único, podendo estas manter-se para além da data indicada no nº 2.



Município de Resende

6 – Independentemente da data de cessação do contrato, este considerar-se-á em vigor até à conclusão da prestação da globalidade dos serviços até então solicitados, em conformidade com os respetivos termos e condições previstos na Parte II – Especificações Técnicas, o que não prejudica o cumprimento pelo adjudicatário das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, designadamente, o encerramento de processos que se encontrem pendentes.

Cláusula 15.^a

Gestor do Contrato

Independentemente do apoio técnico especializado prestado pelo Corretor de Seguros do Município no acompanhamento e gestão dos contratos, nos termos do disposto no artigo 290º-A do CCP, o Município designará, previamente à respetiva outorga, o gestor do contrato que terá por função o acompanhamento da sua respetiva execução;

Cláusula 16.^a

Foro competente

Para resolução dos litígios decorrentes da execução do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 17.^a

Contagem de prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo aos sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 18.^a

Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto a notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.



Cláusula 19.ª

Legislação aplicável

O Contrato é regulado pela legislação portuguesa.

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 20.ª

Composição do plano de seguros

O plano de seguros a concurso é composto pelas apólices de seguro identificadas na cláusula 1ª.

Cláusula 21.ª

Caraterísticas e especificidades do plano de seguros

As caraterísticas e especificidades dos seguros a contratar encontram-se descritas no documento – Caderno de Encargos, Parte II – especificações técnicas e seus anexos.

PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO

1. OBJETO DO SEGURO

1.1. A responsabilidade do tomador do seguro pelos encargos provenientes de acidentes de trabalho do pessoal afeto à entidade adjudicante, independentemente do seu vínculo contratual, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 novembro, com as alterações sucessivamente introduzidas pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 11/2014, de 6 de março, pela Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei 33/2018, de 15 de maio, pela Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, pela Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto, e pela Lei n.º 19/2021, de 8 de abril, no Código do Procedimento Administrativo e na demais legislação em vigor aplicável à Administração Pública.

2. ÂMBITO DO SEGURO

2.1. Ficam abrangidos por este contrato público todos os trabalhadores com vínculo de emprego público, independentemente da sua modalidade, duração ou regime de proteção social obrigatório (regime de proteção social convergente ou regime abrangido pelo sistema previdencial aplicável aos trabalhadores por conta de outrem ou em situação equiparada para efeitos de segurança social), e todos os membros dos gabinetes de apoio à presidência e à vereação, em que, uns e outros, passam a ser doravante denominados simplesmente «trabalhadores».

2.2. O local de trabalho a segurar é todo o lugar em que o trabalhador se encontra ou deva dirigir-se em virtude do seu trabalho e em que esteja direta ou indiretamente, sujeito ao controlo do tomador do seguro.

2.3. O tempo de trabalho engloba todos os acidentes que possam ocorrer no local de trabalho e durante o período de laboração, o que preceder o seu início, em atos de preparação ou com ele relacionados, o que se lhe seguir, em atos também com ele relacionados, e as interrupções normais ou forçadas de trabalho, bem como os que possam ocorrer no percurso de e para o local de trabalho.

2.4. Em conformidade com o número 3 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 503/99, 20 de novembro, na sua redação atual, a entidade adjudicante transfere a responsabilidade por acidentes de trabalho prevista naquele diploma legal para o adjudicatário.



2.5. Para o efeito, o tomador do seguro obriga-se a remeter ao adjudicatário, até ao dia 15 (quinze) de cada mês, a relação de proventos salariais do mês anterior.

2.6. O seguro de acidentes de trabalho será celebrado na modalidade de prémio variável (Folha de Férias).

2.7. O pagamento do prémio será fracionado mensalmente, com indicação das datas de vencimento e respetivos valores, devendo ser sempre enviado ao tomador do seguro um aviso de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

2.8. No final de cada ano civil será sempre efetuado o acerto relativo ao montante do prémio variável.

3. COBERTURAS E GARANTIAS

3.1 Ficam cobertos os acidentes de trabalho que ocorram em Portugal e automaticamente os riscos de deslocação e de exercício da atividade profissional ao e no estrangeiro, incluindo ações de formação profissional, por períodos até 30 dias, sem qualquer agravamento tarifário;

3.2 Para efeitos da alínea anterior, o tomador do seguro obriga-se a comunicar, previamente, ao adjudicatário as deslocações a efetuar ao estrangeiro;

3.3 Em caso de acidente ocorrido em território estrangeiro, as despesas aí efetuadas relativas à assistência médica, medicamentosa ou hospitalar, bem como os encargos referentes a transportes ou repatriamento ficarão a cargo do adjudicatário;

3.4 O seguro garante a cobertura dos trabalhadores, face aos riscos de acidentes de trabalho, as respetivas remunerações base, incluindo subsídio de férias e de Natal e outras prestações pecuniárias com caráter de regularidade, designadamente o subsídio de refeição e suplementos remuneratórios permanentes;

3.5 As indemnizações por incapacidade temporária, parcial ou absoluta, são definidas em função do salário líquido, englobando todas as prestações pecuniárias, de caráter permanente ou acessório incluídas na massa salarial segura, nos termos legalmente previstos e que se traduz numa indemnização correspondente ao salário líquido auferido pelo colaborador;

3.6 Será liquidado ao Tomador de Seguro o capital correspondente aos subsídios previstos nos artigos 35.º, 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua atual redação, bem como, no tocante às pensões referidas no artigo 34.º do mesmo decreto, o valor correspondente à provisão matemática constituída de acordo com os coeficientes previstos na Portaria 11/2000, de 13 de janeiro e com o grau de incapacidade permanente fixado, no prazo de 90 dias, contados da data da notificação para o efeito, à Seguradora.

3.7 Os trabalhadores têm direito à reparação, em espécie e em dinheiro, dos danos resultantes de acidentes de trabalho, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua redação atual;

3.8 Confere direito à reparação a lesão resultante de um acidente de trabalho e que seja consequência de tal tratamento;

3.9 O direito à reparação em espécie, consagrado no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua redação atual, deverá contemplar todos os aspetos exigidos na legislação em vigor, nomeadamente:

3.9.1 Prestações de natureza médica, cirúrgica, de enfermagem, hospitalar, medicamentosa e quaisquer outras, incluindo tratamentos termais, fisioterapia e o fornecimento de próteses e ortóteses, seja qual for a sua forma, desde que necessárias e adequadas ao diagnóstico ou ao restabelecimento do estado de saúde físico ou

mental, ou ao restabelecimento da capacidade de trabalho ou de ganho do sinistrado, ou à sua recuperação para a vida ativa;

3.9.2 O direito aos aparelhos de próteses e ortóteses abrange os destinados à correção ou compensação visual, auditiva ou ortopédica, bem como a prótese dentária e, ainda, a estética, se justificada;

3.9.3 A aquisição, renovação ou substituição dos aparelhos referidos anteriormente carecem de prescrição médica fundamentada;

3.9.4 Quando do incidente ou acidente de trabalho, mesmo que não resulte qualquer lesão corporal, resultar a inutilização ou a danificação de próteses ou ortóteses de que o trabalhador já era portador, este tem direito à respetiva reparação ou substituição;

3.9.5 A faculdade de o sinistrado optar por assistência médica particular, com direito ao pagamento da importância que seria despendida em estabelecimento do serviço clínico do segurador responsável, devendo, para efeitos de reembolso, apresentar os comprovativos de todas as despesas efetuadas com o tratamento das lesões, doença ou perturbação funcional resultantes do acidente de trabalho.

3.9.6 O pagamento de transporte e estada designadamente para assistência clínica (observação, diagnóstico, prescrição, intervenção ou prática de qualquer outro ato médico), exames, tratamentos, peritagem e comparência a juntas médicas ou a atos judiciais, em que:

3.9.6.1 No caso de deslocação da residência ou do local onde o trabalhador se encontre com vista, designadamente, a assistência clínica (observação, diagnóstico, prescrição, intervenção ou prática de qualquer outro ato médico), exames, tratamentos, peritagem e comparência a juntas médicas ou a atos judiciais que implique estada, este tem direito ao pagamento da correspondente despesa;

3.9.6.2 Quando o médico assistente ou a junta médica declarar que o estado de saúde do trabalhador o exige, há lugar ao pagamento das despesas de um acompanhante, nas mesmas condições das estabelecidas para o trabalhador.

3.10. O direito à reparação em dinheiro compreende:

3.10.1. A reparação salarial, no período das faltas ao serviço motivadas por acidente de trabalho, a qual deve incluir sempre os proporcionais dos subsídios de férias e Natal, independentemente do número de dias de incapacidade;

3.10.2. A indemnização em capital ou pensão vitalícia correspondente à redução na capacidade de trabalho ou de ganho, no caso de incapacidade permanente, nos termos que vierem a ser definidos pela Caixa Geral de Aposentações, IP;

3.10.3. O pagamento, mediante validação médica, do subsídio por assistência de terceira pessoa, resultante de acidente que não permita ao trabalhador praticar com autonomia os atos indispensáveis à satisfação das

necessidades básicas da vida quotidiana sem assistência permanente de outra pessoa, em que:

3.10.3.1. Consideram-se necessidades básicas os atos relativos à alimentação, locomoção e cuidados de higiene pessoal;

3.10.3.2. O familiar do dependente ou quem com ele coabite, que lhe preste assistência permanente, é considerado terceira pessoa;

3.10.3.3. O montante mensal do subsídio por assistência a terceira pessoa corresponde ao valor da remuneração paga a quem preste a assistência, com o limite da retribuição mínima mensal garantida.

3.10.4. O subsídio para readaptação de habitação;

3.10.5. O subsídio por situações de elevada incapacidade permanente;

3.10.6. As despesas de funeral e subsídio por morte;

3.10.7. A incapacidade temporária (absoluta e/ou parcial);

3.10.8. A incapacidade permanente (parcial e/ou absoluta).

4. PREVISÃO SALARIAL ANUAL

4.1 O montante do capital seguro é, na anuidade de **2025**, composto pelo salário ilíquido sem encargos (remunerações base, incluindo subsídios de férias e Natal, e outras prestações pecuniárias com caráter de regularidade, designadamente o subsídio de refeição e suplementos remuneratórios permanentes), de todos os trabalhadores.

	Nº de Colaboradores	Previsão Salarial Anual
Transferência Competência: - Educação	96	2.136.498,52 €
Transferência Competência: - Saúde	8	178.041,54 €
Transferência Competência: - Ação Social	5	167 035,96 €
Município	248	5.418.423,98 €
TOTAL	357	7.900.000,00 €



5. PAGAMENTO DE INCAPACIDADES TEMPORÁRIAS E DESPESAS MÉDICAS:

5.1 Todas as indenizações processadas ao abrigo da garantia de Incapacidade temporária são pagas diretamente a cada tomador de seguro, figurando este como entidade recebedora, uma vez que assegura sempre o pagamento do salário por inteiro, mesmo quando os funcionários se encontram temporariamente incapacitados de atenderem ao seu trabalho.

5.2 - As indenizações referidas no ponto anterior devem ser sempre liquidadas e pagas ao tomador do seguro no mês seguinte àquele em que ocorra a incapacidade temporária.

5.3 - As despesas médicas e outras eventualmente suportadas pelo sinistrado deverão ser liquidadas e pagas diretamente aos respetivos lesados no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias seguidos após a participação do acidente de trabalho.

6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

6.1 Com exceção dos socorros de urgência, a assistência aos trabalhadores no âmbito deste contrato deve ser prestada diretamente em instituições ou serviços da seguradora, sempre que possível, no concelho de Resende ou nos concelhos limítrofes, e o fornecimento de medicamentos ou outros alvos de prescrições médicas, sem encargos para o sinistrado, em farmácias do concelho de Resende ou nos concelhos limítrofes.

6.2 As atuais apólices, de Acidentes de Trabalho, estão colocadas na Generali e têm os seguintes nºs 0009295761; 0009296111; 0009295916 e 0009295993

6.3 A situação clínica do trabalhador, até à alta, deve ser registada, conforme os casos, pelo médico assistente ou pela junta médica, em boletim de acompanhamento médico de modelo próprio, de uso obrigatório, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua redação atual, fornecido pelo empregador público ao sinistrado.

6.4 O cálculo para todas as indemnizações por incapacidade temporária deverá obedecer à seguinte fórmula:

(Remuneração Base * 14 Meses + Subsídio Refeição Diário * 22 Dias * 11 Meses) / 365.

- No entanto, se a esfera jurídica do trabalhador comportar suplementos remuneratórios permanentes (devidos ou não nas férias) a retrocitada fórmula deve ser adaptada por forma à sua inclusão.

6.5 Na falta ou impossibilidade de recurso aos transportes coletivos de serviço público, designadamente para assistência clínica (observação, diagnóstico, prescrição, intervenção ou prática de qualquer outro ato médico), exames, tratamentos, peritagem e comparência a juntas médicas ou a atos judiciais, a deslocação faz-se, em alternativa, por recurso a automóvel de aluguer cuja requisição prévia e o pagamento fica a cargo da seguradora.

6.6 Ao abrigo desta apólice, a seguradora reembolsará o Município de Resende dos encargos com juntas médicas, designadamente da ADSE, IP.

6.7 Sempre que o trabalhador exceda 90 (noventa) dias consecutivos de faltas por acidente de trabalho, a seguradora remete àquele, no prazo máximo de 10 (dias) dias consecutivos o processo clínico, para a junta médica da ADSE, IP fundamentar o seu parecer, nos termos do número 1 do artigo 11.º do Decreto Regulamentar n.º 41/90, de 29 de novembro.

6.8 As deliberações das juntas médicas da ADSE, IP, a que se refere (com remissões) o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua redação atual, sobre a verificação e confirmação da incapacidade temporária, a atribuição de alta ou a sua revisão e reintegração profissional, prevalecem sempre sobre a decisão do médico assistente, competindo à seguradora, sem prejuízo do que já se dispôs sobre encargos com juntas médicas, suportar os encargos com a reparação salarial de quaisquer faltas justificadas dos trabalhadores ante e ou pós junta médica da ADSE, IP, ao abrigo da garantia de incapacidade temporária, os encargos relativas à eventual participação do médico indicado pelo trabalhador e os encargos de exames requisitados por junta médica.

- 6.9** O Município não tem nos seus quadros trabalhadores pertencentes a forças policiais e sapadores florestais.
- 6.10.** Caso seja solicitado, o Segurador deverá fornecer ao Município caixas de primeiros socorros com o rácio de 1 caixa por cada 20 trabalhadores pelo período do contrato.
- 6.11.** A Seguradora terá a obrigatoriedade de fornecer ao Município, trimestralmente os seguintes elementos relativos aos sinistros da apólice de Acidentes em Serviços.

7. FORMA DE PAGAMENTO

- 7.1** O pagamento do prémio será em frações mensais, sem cargas de fracionamento.

SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO – Beneficiários de Medidas de Apoio ao Emprego (IEFP)

1. OBJETO DO SEGURO

- 1.1.** A(s) responsabilidade(s) do Segurado pelos encargos provenientes de acidentes de trabalho.
- 1.2.** As pessoas abrangidas por este seguro não são titulares de contrato de trabalho, conforme a definição constante do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua atual redação, mas titulares de contrato enquanto beneficiárias no âmbito de medidas de Contrato Emprego-Inserção ou de medidas de Contrato Emprego -Inserção +, reguladas pela Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, na redação conferida pela Portaria n.º 20-B/2014, de 30 de janeiro, através das quais é desenvolvido trabalho socialmente necessário.
- 1.3.** A equiparação do desempenho de atividade ao abrigo daqueles contratos é para efeitos de tratamento de acidente, considerado equiparado a acidente de trabalho, na cobertura dos riscos advenientes de acidentes em contexto laboral, previsto e regulado na Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro transferindo-se, por este contrato a responsabilidade do Tomador do Seguro, pela reparação de acidentes de trabalho.

2. COBERTURAS E GARANTIAS

- 2.1.** Cobertura obrigatória, nos termos da Lei n.º 98/2009 de 04 de setembro, que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, de acordo com o artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

3. ESTIMATIVA DE PESSOAS A SEGUARAR

- 3.1.** A título meramente informativo estima-se o seguinte número de pessoas seguras:

Contratos Emprego de Inserção (CEI e CEI +): **100 pessoas;**

4. PRINCIPAIS ATIVIDADES A DESENVOLVER

4.1. Contratos Emprego de Inserção (CEI e CEI +) - Cantoneiros de limpeza, auxiliares de serviços gerais, auxiliares de cuidados de crianças, carpinteiros, motoristas e administrativos. Deverá abranger outras atividades, em função de possíveis candidaturas de interesse para o Município e aceites pelo IEFP.

5. CAPITAL SEGURO:

5.1. O capital a segurar é a Remuneração Mensal Mínima Garantida (em 2025 é de 870,00 €), calculado nos termos gerais da apólice uniforme, acrescido de subsídio de alimentação (na presente data, de 6,00 €) e subsídio de transporte até ao montante de 12,5% do Indexante aos Apoios Sociais (IAS) (em 2025 é de 65,31 €). O capital anual a considerar por pessoa segura é de **14.350,44 €**.

5.2. O capital a segurar deverá ser calculado proporcionalmente para os seguintes períodos, para os quais deverá ser apresentada a proposta de prémio por pessoa:

- até 3 meses;
- até 6 meses;
- até 9 meses;
- até 1 ano.

6. MODALIDADE DE CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O contrato assume a modalidade de seguro temporário, em que será emitida uma apólice por pessoa segura, a vigorar pelo período comunicado de vigência no pedido de colocação da pessoa segura, que dará origem à emissão da respetiva apólice.

6.2. O pagamento do prémio será único.

6.3. O segurador compromete-se a aceitar a substituição da pessoa segura identificada na apólice, caso ocorra o termo do contrato com o beneficiário nos primeiros 15 dias (inclusive) da sua vigência, para contratos até 6 meses, ou durante os primeiros 30 dias, nos contratos entre 6 meses e 1 ano.

7. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

7.1. Todas as indemnizações processadas ao abrigo da garantia de Incapacidade Temporária, são pagas diretamente aos beneficiários/lesados conforme definido no Regulamento dos Contratos Emprego-Inserção e Contratos Emprego-Inserção + (Portaria n.º 128, de 2009, de 30 de janeiro, com a redação que lhe foi dada pela

Portaria n.º 164/2011, de 18 de abril.)

7.2. As indemnizações referidas no ponto anterior devem ser sempre liquidadas e pagas aos beneficiários/lesados no mês seguinte àquele em que ocorra a incapacidade temporária.

7.3. As despesas médicas ou outras despesas eventualmente suportadas pelo sinistrado deverão ser enviadas e liquidadas e pagas diretamente aos respetivos lesados no prazo máximo de 45 dias seguidos após a participação do acidente de trabalho.

7.4. A assistência aos sinistrados no âmbito deste contrato deve ser prestada diretamente pela seguradora, através de clínicas/consultórios, no concelho de Resende ou nos concelhos limítrofes e nos serviços hospitalares da seguradora, bem como o fornecimento de medicamentos ou outros alvos de prescrições médicas, sem encargos para o sinistrado, em farmácias do concelho ou concelhos limítrofes.

SEGURO FROTA AUTOMÓVEL

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. Pretende-se um seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, previsto no Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, para a frota automóvel da entidade adjudicante, com base num prémio total por veículo e durante todo o período de vigência do contrato de seguro.

1.2. A frota automóvel da entidade adjudicante é composta pelos veículos propriedade da mesma, bem como viaturas cedidas por protocolo a esta, cuja responsabilidade pelo seguro lhe tenha sido transmitida.

1.3. O seguro obriga a reparação dos danos corporais ou materiais causados a terceiros, em que a morte integra o conceito de dano corporal.

1.4. Quando o acidente for simultaneamente de viação e de trabalho, aplicar-se-ão as disposições do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, tendo em atenção as constantes da legislação especial de acidentes de trabalho.

1.5. O disposto no parágrafo anterior é aplicável, com as devidas adaptações, quando o acidente possa qualificar-se como acidente em serviço, nos termos do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro.

1.6. Sempre que ocorrer o abate ou a cedência de viaturas, a entidade adjudicante tem direito ao estorno do prémio por cessação antecipada.

1.7. Na situação mencionada no ponto anterior, a entidade adjudicante terá de comunicar por escrito, ao adjudicatário, com uma antecedência mínima de 8 dias, deixando de ser da sua responsabilidade o seguro dos respetivos veículos.

1.8. Sempre que haja lugar à substituição de um veículo ou máquina do Município, ou ainda à aquisição de um novo, a entidade adjudicante comunicará ao adjudicatário, por escrito, os elementos e características do mesmo, assim como as coberturas pretendidas, por forma a promover a emissão do seguro respetivo, num prazo máximo de 48 horas.

2. CAPITAIS E COBERTURAS

2.1. Os veículos a segurar estão identificados no **Anexo 1** com as respetivas características, coberturas pretendidas e capitais a garantir.

2.2. Coberturas:

- ⇒ Responsabilidade civil;
- ⇒ Assistência em viagem VIP/TOP: abrange a assistência, em caso de avaria ou acidente, e o transporte do veículo, ocupantes e bagagens, incluído os Autocarro. No que respeita ao reboque do veículo por acidente ou avaria, os concorrentes deverão considerar, no mínimo, um capital de 500 € para ligeiros e de 1.500 € para pesados/máquinas. Também, estará garantido em caso de avaria ou acidente, uma viatura substituição, da mesma categoria da viatura segura, pelo período máximo de 5 dias, apenas para categoria de ligeiros.
- ⇒ Proteção Jurídica: garante assistência jurídica, para defender ou fazer valer os seus direitos, em processos judiciais empreendidos por si ou contra si, em consequência de acidente de viação;
- ⇒ Quebra Isolada de Vidros (ligeiros: limite até 1.500,00€ e pesados: até 3.000,00€) garante os danos, causados, por causa não compreendida, em virtude de quebra isolada dos vidros, SEM FRANQUIAS.
- ⇒ Acidentes Pessoais (todos os ocupantes, incluindo o condutor), em consequência de acidente de viação com o veículo seguro, ficarão garantidas as seguintes indemnizações:

Cobertura	Capital
Morte ou Invalidez Permanente	15.000,00 €
Despesas de tratamento/Repatriamento	1.500,00 €
Despesas de Funeral	1.000,00 €

2.3. Coberturas - Danos Próprios:

- ⇒ Choque, Colisão e Capotamento: garante os danos sofridos, pelo veículo seguro, em consequência de embate contra corpo fixo (choque), em movimento (colisão), ou quando o veículo perca a sua posição normal e não resulte de choque ou colisão (capotamento);
- ⇒ Incêndio, Raio e Explosão: garante os danos no veículo, em consequência de incêndio casual, queda de

raio ou explosão, quer o veículo se encontre em marcha ou parado, recolhido em garagem ou em qualquer outro local;

- ⇒ Furto ou Roubo: inclui os danos derivados do desaparecimento, destruição ou deterioração do veículo, por motivo de furto ou roubo;
- ⇒ Fenómenos da Natureza: garante os danos no veículo, em consequência de tufões, ciclones, tornados, erupções vulcânicas, trombas de água, chuvas torrenciais, enxurradas, aluimento de terras, tremores de terra, queda isolada de árvores, etc.;
- ⇒ Atos de vandalismo: garante os danos no veículo, causados por atos de vandalismo, incluindo a destruição total ou parcial do veículo;
- ⇒ Franquia 2%, exceto na cobertura de furto ou roubo e quebra de vidros.
- ⇒ Veículo de substituição por acidente ou avaria, até 30 dias, o qual não poderá ter categoria/gama inferior à viatura segura. Considera-se como franquia apenas o dia do acidente ou avaria.

3. REGULARIZAÇÃO DE SINISTROS

Para a regularização dos sinistros aplicar-se-á as regras e os procedimentos dispostos no Capítulo III do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, na sua redação atual:

3.1. Aquando da celebração de um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel, a empresa de seguros deve prestar informação relevante relativamente aos procedimentos que adota em caso de sinistro.

4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.1. A proposta a apresentar deve indicar os prémios totais por viatura.

4.2. O adjudicatário, caso seja o precedente detentor do risco, deverá garantir o correto cancelamento das apólices a descontinuar, para que não existam duplicação de coberturas e respetivos custos, ou falta de cobertura por anulação das apólices existentes antes da entrada em vigor do novo Plano de Seguros;

4.3. Cada reboque deverá ter um seguro próprio de Responsabilidade Civil, ficando assim derogada a exclusão de serviço de reboque para todas as viaturas da frota, sem existir a necessidade de identificar as viaturas que efetuam serviço de reboque.

4.4. O segurador garante que o capital seguro em sede de danos próprios funciona em regime de valor convencionado, sendo anualmente revisto pelo Município. Em caso de indemnização por perda total do veículo seguro, não há lugar a desvalorizações mensais, sendo garantido durante toda a anuidade, o valor seguro na data de início do contrato ou da sua renovação.

- 4.5.** Para os veículos que beneficiam da cobertura de danos próprios, os extras neles incorporados ficam automaticamente seguros, sem necessidade de serem discriminados e valorizados, desde que a totalidade do capital seguro da viatura inclua o valor de tais extras e o valor do todo, veículo e extras, corresponda à regra do Valor Seguro definida nas Condições Gerais.
- 4.6.** Para a cobertura de “Veículo de substituição” o segurador compromete-se a estabelecer um acordo com um rent-a-car sediado no Concelho.
- 4.7.** Para a cobertura de “Assistência em viagem”, o adjudicatário compromete-se a incluir o reboque de todas as viaturas, incluindo as pesadas de passageiros, sem qualquer encargo adicional ou franquia, bem como, sem restrição de área (km 0). Da mesma forma, suportará as despesas de transporte de todos os ocupantes até ao domicílio do subscritor ou até ao seu local de destino inicialmente previsto, desde que estes últimos gastos não sejam superiores aos primeiros. Quando o veículo seguro, imobilizado por acidente ou avaria, não for reparável ou substituído no mesmo dia, o serviço de “Assistência em viagem” suportará, até aos limites fixados, os custos de alojamento das pessoas seguras, desde que não inicialmente previstos, pelo período em que estejam a aguardar a reparação ou substituição do mesmo.
- 4.8.** Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não se aplica qualquer período de carência na cobertura de assistência em viagem;
- 4.9.** As garantias do seguro mantêm-se estando as viaturas ao ar livre.
- 4.10.** Emissão de cartas verdes anuais.
- 4.11.** Todas as indemnizações/pagamentos devem ser liquidadas(os) e pagas(os) no prazo máximo de 45 dias úteis após as participações de sinistros, caso contrário, a companhia de seguros é obrigada a indemnizar os lesados pela totalidade dos danos causados, perdendo o direito ao reembolso do valor da franquia por parte do Município.

5. FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1.** O pagamento do prémio será em frações semestrais, sem cargas de fracionamento.

MÁQUINAS DE CASCO

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

- 1.1.** Máquinas e equipamentos móveis que integram o parque de viaturas do tomador do seguro conforme **Anexo 2.**



2. LOCAL DE RISCO

2.1. Todo e qualquer local onde o segurado possua instalações ou interesses.

3. ÂMBITO DA COBERTURA

3.1. Perda ou danos nas máquinas e equipamentos seguros ocasionados por acontecimentos externos de carácter súbito e imprevisto devido a:

COBERTURAS BASE:

- Incêndio, queda de raio e/ou explosão;
- Furto e/ou roubo, ou a sua tentativa;
- Choque, colisão, capotamento, descarrilamento e queda em valas;
- Acidentes durante as operações de carga ou descarga dos equipamentos, incluindo o respetivo transporte dos equipamentos;
- Impacto de objetos, erro de manobra, imperícia, acidente de montagem e queda de casco;
- Avalanches, aluimentos e/ou deslizamentos de terrenos, queda de terras ou de perdas resultantes de escorregamento de barreiras;
- Tempestades, ciclones, inundações, sismos, erupções vulcânicas, marmotes e outros fenómenos da natureza;
- Queda de aeronaves;
- Fica garantida a extensão de cobertura de máquinas casco desta apólice (ou seja, só danos próprios), aos acidentes de circulação, ocorridos em estradas, vias ou caminhos, que as viaturas seguras possam sofrer.

COBERTURAS ADICIONAIS:

- Greves, assaltos, tumultos e alterações da ordem pública;
- Despesas de remoção de escombros e salvamento – 10% do valor do sinistro
- Responsabilidade Civil Laboração – 150.000,00 €, por sinistro e anuidade.

4. FRANQUIA

4.1. Em caso de sinistro, aplica-se uma franquia de 250€ sobre o valor do prejuízo indemnizável.

4.2. Nos danos causados por sismos, erupções vulcânicas e maremotos admite-se uma franquia de 5% do capital seguro.

5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

5.1. Todas as indenizações/pagamentos devem ser liquidadas(os) e pagas(os) no prazo máximo de 45 dias úteis após as participações de sinistros, caso contrário, a companhia de seguros é obrigada a indenizar o Município pela totalidade dos danos causados, perdendo o direito ao reembolso do valor da franquia por parte deste.

6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento do prémio será anual.

SEGURO DE MULTIRRISCOS

1. OBJECTO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. Pretende-se um seguro para os bens, tanto móveis como imóveis, incluindo benfeitorias ou sobre os quais exista interesse em segurar, nomeadamente como usufrutuário ou locatário, que façam parte integrante do património imobiliário e mobiliário do Município.

1.2. Ficam incluídos na definição acima e de acordo com a relação do **Anexo 3**:

- a)** Todos os bens, desde que se trate de utensílios, máquinas, material de exposição e equipamento fixo ou móvel/portátil em deslocação, em qualquer local;
- b)** Os bens de terceiros sob custódia, cuidado ou controle da entidade adjudicante, incluindo objetos e/ou bens de carácter artístico para exposição.
- c)** Todo e qualquer local onde o tomador do seguro possua instalações ou interesses, e ainda, os locais que possam vir a ser incluídos.

2. CONDIÇÕES ESPECIAIS

2.1. Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice e após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou substituição, fica o segurador obrigado a efetuar os adiantamentos que se revelem necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou de aquisição de bens e / ou serviços que o segurado tenha de celebrar.

2.2. Pela alteração que for necessária nas Condições Gerais da apólice, fica expressamente estabelecido que se, no momento, em que ocorre um sinistro existir excesso de capital seguro em quaisquer bens seguros, o dito excesso aplicar-se-á aos bens que estejam insuficientemente seguros. Admitida a compensação na forma indicada, proceder-se-á ao normal pagamento do sinistro de acordo com o estabelecido nas Condições Gerais da apólice.



RISCOS COBERTOS:

- a) Incêndio, queda de raio e/ou explosão;
- b) Tempestades;
- c) Fenómenos sísmicos;
- d) Inundações;
- e) Danos por água;
- f) Danos em muros, vedações e portões;
- g) Aluimentos de terras;
- h) Queda de aeronaves;
- i) Choque ou impacto de veículos terrestres;
- j) Atos de vandalismo, maliciosos ou de sabotagem;
- k) Greves, tumultos, alterações da ordem pública;
- l) Danos causados por fumo;
- m) Limpeza, demolição e remoção de escombros;
- n) Desenhos, documentos e livros;
- o) Danos em bens do senhorio;
- p) Riscos elétricos;
- q) Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte para todo o mundo;
- r) Avaria de máquinas;
- s) Derrames acidentais;
- t) Privação temporária do local ocupado ou arrendado, quer estes sejam de função habitacional ou profissional;
- u) Honorários de peritos;
- v) Perda de rendas;
- w) Quebra ou queda acidental de bens;
- x) Quebra ou queda acidental de vidros, painéis e antenas;
- y) Bens de terceiros confiados ao Município;
- z) Furto e/ou roubo
- aa) Furto e/ou roubo de dinheiro em cofre, caixa e transporte;
- bb) Danos aos imóveis causados por furto ou roubo;
- cc) Danos estéticos;
- dd) Danos em transporte terrestre de bens;

- ee) Danos em parques, jardins e áreas de conservação da natureza, incluindo o respetivo equipamento; edificações, mobiliário e plantas;
- ff) Pesquisa e reparação de avarias;
- gg) Infidelidade de trabalhadores;
- hh) Danos em bens refrigerados;
- ii) Bens ao Ar Livre;
- jj) Responsabilidade Civil Proprietário

3. CAPITAL A SEGUAR

Fica expressamente acordado que o limite máximo de indemnização da apólice, por ano e por sinistro, é de:

- **24.230.500,00 €**

Estão expressamente acordados os seguintes limites de indemnização, por sinistro e anuidade, ocorrido ao abrigo de cada um dos seguintes riscos:

Danos causados por fumo	30.000,00 €
Limpeza, demolição e remoção de escombros	250.000,00 €
Desenhos e documentos	30.000,00 €
Danos em bens do senhorio	30.000,00 €
Riscos elétricos 1º risco	200.000,00 €
Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte	100.000,00 €
Avaria de máquinas	100.000,00 €
Derrame accidental	35.000,00 €
Privação temporária do local ocupado ou arrendado	35.000,00 €
Honorários de peritos	30.000,00 €
Perda de rendas	25.000,00 €
Quebra ou queda accidental de bens	30.000,00 €

Quebra ou queda accidental de vidros, painéis e antenas	30.000,00 €
Bens de terceiros	25.000,00 €
Danos causados ao imóvel, por furto ou Roubo	300.000,00 €
Furto e/ou roubo de dinheiro em cofre, caixa ou em transporte	50.000,00 €
Danos em transporte terrestre de bens	75.000,00 €
Danos em jardins	30.000,00 €
Pesquisa e reparação de avarias	5% capital seguro por local de risco local seguro
Infidelidade de empregados	7.500,00 €
Danos em bens refrigerados	10.000,00 €
Bens ao Ar Livre	75.000,00 €
Danos Estéticos	30.000,00 €
Danos em bens de empregados	3.000,00 €
Responsabilidade Civil Proprietário	50.000,00 €

4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.1. O presente seguro fica sujeito a uma franquia de 10% do valor dos prejuízos indemnizáveis, com o mínimo de 250,00 € e o máximo de 5.000,00 €, com exceção dos riscos abaixo indicados que ficam sujeitos às seguintes franquias:

⇒ Fenómenos sísmicos – 5% do capital seguro, por local de risco

4.2. Responsabilidade Civil Proprietário - a franquia contratual não é oponível aos terceiros lesados. Assim e após satisfação da indemnização aos terceiros lesados, o segurador emitirá um recibo de reembolso de franquia ao Município, o qual providenciará no seu pagamento no prazo de 30 dias.

4.3. Todas as indemnizações/pagamentos devem ser liquidadas(os) e pagas(os) no prazo máximo de 45 dias úteis após as participações de sinistros, caso contrário, a companhia de seguros é obrigada a indemnizar o Município pela totalidade dos danos causados, perdendo o direito ao reembolso do valor da franquia por parte deste.



5. FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento do prêmio será em frações semestrais, sem cargas de fracionamento.

6. CONDIÇÕES ESPECIAIS

Derrogação da regra proporcional

Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice, fica acordado que o Segurador prescinde da aplicação da regra proporcional, até à diferença máxima de 10,00% entre o capital seguro dos edifícios e conteúdos e o respetivo valor de reconstrução e substituição.

Atualização de capitais

O segurador atualizará anualmente os capitais seguros em 2%, caso outra atualização não seja informada pelo Segurado.

Indemnização na base do valor de substituição em novo

Fica acordado que em caso de sinistro com os bens seguros por esta Apólice, a base sobre a qual se calculará a quantia indemnizável, será o valor em novo, no dia imediatamente anterior ao sinistro, de bens da mesma qualidade ou tipo, mas não superiores ou de maior amplitude do que os bens seguros quando novos.

Adiantamento por conta de sinistros

Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice e após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou substituição, fica o segurador obrigado a efetuar os adiantamentos que se revelem necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou de aquisição de bens e / ou serviços que o segurado tenha de celebrar.

Bens de terceiros

O presente seguro inclui bens propriedade de terceiros, desde que, ou na medida em que, esses bens não se encontrem seguros pelos proprietários ou qualquer outra pessoa, sendo neste caso a responsabilidade do segurador limitada à quantia a pagar pelo segurado com o fim de compensar o respetivo proprietário pelos danos ou estragos sofridos pelos referidos bens.

Riscos elétrico

Nos termos desta cláusula, este contrato cobre também os danos ou prejuízos causados a quaisquer máquinas elétricas, transformadores, aparelhos e instalações elétricas e/ou eletrônicas e aos seus acessórios, nomeadamente por sobre tensão e sobreintensidade, incluindo os produzidos pela eletricidade atmosférica, curto-circuito, mesmo quando não resulte incêndio. Ficam derogadas quaisquer limitações de potência imposta pelas Condições Gerais e/ou Especiais, às máquinas e/ou equipamentos afetados pelo risco em causa.

Exposições temporárias

Relativamente à realização de Exposições Temporárias da responsabilidade do Segurado, quer seja nas suas instalações ou nas de terceiros, aplicam-se os seguintes termos de cobertura:

- Fica expressamente acordado que o objeto seguro é constituído por objetos do Município e das Empresas Municipais, ou de terceiros, neste último caso, quando temporariamente confiados ou entregues ao seu cuidado, controle, custódia ou consignação.
- A apólice cobre quaisquer danos provenientes de causa externa aos objetos seguros, excluindo-se apenas os danos resultantes de causa interna, nomeadamente o vício próprio. Esta cobertura é extensiva ao transporte terrestre dos bens seguros, em território nacional, incluindo cargas e descarga.
- O Segurado facultará ao Segurador, apenas em caso de sinistro, relação das obras/bens objeto da exposição, onde deverá vir indicado o respetivo valor unitário.
- O capital seguro em caso de sinistro corresponderá ao valor indicado na referida relação, sendo que o limite máximo de responsabilidade do segurador é de 75.000,00 euros/ano/sinistro, em 1.º risco.

Coleções, pares ou séries de objetos

Se se perder ou danificar qualquer objeto que tenha um valor acrescido, por fazer parte de um par ou conjunto, qualquer pagamento que o segurador efetue terá em conta esse valor acrescido. O Segurado decide se o segurador paga a totalidade do valor do par ou conjunto. O máximo que o segurador pagará será o valor do par ou conjunto.

Em caso de sinistro causado por um risco coberto o segurador poderá liquidar as despesas de restauro e/ou reparação, exceto se a desvalorização por parte da qualidade atribuível à mercadoria segura for reconhecida. Caso em que se aplicarão as disposições a seguir mencionadas:

- Em caso de se verificar a impossibilidade ou desvantagem económica do restauro e/ou reparação, o segurador obriga-se a indemnizar o segurado, tendo em conta o valor de mercado dos objetos sinistrados.
- Em caso de divergência quanto à atribuição daquele valor, o segurador e o segurado nomearão, cada um, um perito avaliador que concluirá pelo valor a indemnizar.



Danos acontecidos em transportes terrestres

Ficam garantidos os danos acontecidos em transporte terrestre no território nacional de bens, propriedade do segurado ou de terceiros, em consequência de acidentes com o veículo transportador, incêndio, raio ou explosão, atos de vandalismo ou maliciosos, furto e/ou roubo, incluindo as operações de carga e descarga.

Quebra ou queda accidental de bens

Fica garantido qualquer dano accidental de quebra ou queda, que sofram os bens móveis do segurado ou de terceiros quando confiados, por qualquer acidente ou infortúnio desde que constituam uma ocorrência súbita e imprevista.

Bens existentes ao ar livre

Derrogando o que em contrário se encontrar estipulado nas Condições Gerais da apólice, fica convencionado que os bens existentes ao ar livre estão garantidos por esta apólice.

Danos em jardins

Ficam garantidos os danos sofridos nos jardins do segurado em consequência da verificação de qualquer risco coberto por esta apólice. Em caso de sinistro ao abrigo desta cobertura a indemnização do segurador empregar-se-á diretamente na reparação ou reconstrução das zonas relvadas, na substituição de herbáceas, arbustos e árvores por outros da mesma espécie e porte.

Apenas se estes bens forem descritos no objeto seguro e com sublimite de indemnização de 30.000,00 € por sinistro e por anuidade.

Danos em bens de empregados

Ficam garantidos os danos diretamente resultantes de qualquer risco garantido pelo presente contrato, causados aos bens pertencentes a empregados ou colaboradores do Segurado, incluindo títulos e valores, acontecidos no interior ou exterior dos locais de trabalho, durante o período laboral.

A presente cobertura está limitada a 1.000,00 euros de indemnização por sinistro, com um máximo de 3.000,00 euros por anuidade.

Gastos extraordinários

Ficam garantidos os gastos extraordinários com o aluguer de equipamento para substituição de máquinas ou instalações danificadas por um risco coberto por esta apólice de seguro. O limite máximo de responsabilidade do segurador, ao abrigo desta Condição especial, é de 25.000,00 euros/ano/sinistro.

Despesas suplementares com trabalhos provisórios

Em caso de sinistro coberto pela apólice, ficam também garantidos os custos incorridos pelo segurado com reparações provisórias e/ou temporárias, quer estas venham, ou não, a ser incluídas nos trabalhos definitivos, desde que tais reparações sejam necessárias, quer seja por questões de segurança, de manutenção do serviço/uso público, ou qualquer outra necessidade superveniente.

Adicionalmente, através desta Condição Especial, também ficam garantidos os custos extraordinários para aceleração dos trabalhos, ou substituição definitiva dos bens seguros que tenham sofrido perdas ou danos provocados por uma situação coberta por esta apólice, incluindo os custos com encargos extras por horas extraordinárias, trabalho noturno, trabalho em dias feriados e transporte em via rápida e frete aéreo. O limite máximo de responsabilidade do segurador, ao abrigo desta Condição Especial, é de 30.000,00 euros/ano/sinistro.

Desenhos, documentos e livros

Fica acordado que o âmbito desta cobertura é extensível a desenhos, documentos e livros com interesse histórico, artístico, técnico e/ou cultural.

Furto e/ou roubo

Fica acordado que em complemento às disposições previstas nas Condições Gerais, a cobertura de furto e/ou roubo considera-se extensível à garantia do furto dos bens seguros quando praticado sub-repticiamente e às ocultas do segurado, seus funcionários, vigilantes e ou outros prestadores de serviços, enquanto as instalações se encontrarem abertas ao público.

Obras menores

Ficam cobertas as perdas e danos materiais sofridos pelos bens que correspondam a obras menores de construção, montagem, ampliação, modificação, reparação, manutenção e conservação, inclusivamente colocar a funcionar e testes, bem como aos materiais reunidos ao pé da obra, incluindo equipamentos, maquinaria e ferramentas em que o segurado tenha interesse, desde que as ditas obras sejam realizadas nos locais de risco seguros e devido a um risco garantido pela presente apólice. Ao finalizar esta cobertura por termo da obra, os bens afetados serão considerados automaticamente incluídos na cobertura desta apólice.



Consideram-se obras menores, para efeito de aplicação desta Condição Especial, aquelas cujo valor não supere os 150.000,00 €.

Compensação de capitais

Pela alteração que for necessária nas Condições Gerais da apólice, fica expressamente estabelecido que se, no momento, em que ocorre um sinistro existir excesso de capital seguro em quaisquer bens seguros, o dito excesso aplicar-se-á aos bens que estejam insuficientemente seguros. Admitida a compensação na forma indicada, proceder-se-á ao normal pagamento do sinistro de acordo com o estabelecido nas Condições Gerais da apólice.

Privação temporária do local arrendado e/ou ocupado

a) Função Habitacional

Nos termos desta Condição Especial e até aos limites fixados, o Segurador garante às pessoas que ocupem os fogos/habitações do tomador seguras nesta apólice, em caso de sinistro coberto pelas garantias do contrato, o seguinte:

1) Gastos de hotel

Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, o pagamento de hotel ou reembolso de gastos até ao montante máximo de 2.000,00 euros, por fogo/habitação sinistrado. Sempre que possível o segurador pagará a indemnização diretamente à entidade prestadora dos serviços de hospedagem.

2) Gastos de mudança e guarda de bens

Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis:

- a mudança até à habitação provisória e respetivos custos, os quais não poderão ultrapassar 350,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.
- a guarda dos objetos e bens que não se transfiram para a habitação provisória e respetivos custos, os quais não poderão ultrapassar 350,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.

3) Gastos de restaurante e lavandaria

Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, os gastos de restaurante e lavandaria, até ao montante máximo de 2.000,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.

b) Função Profissional

Nos termos desta Condição Especial e até aos limites fixados, o Segurador, indemnizará o Segurado, em caso de sinistro coberto por esta apólice, que lhe origine privação temporária do uso do local arrendado ou ocupado, pela sua atividade, pelas despesas em que o mesmo tiver de razoavelmente incorrer com a armazenagem dos

objetos seguros não destruídos, incluindo o respetivo transporte, ou com o exercício provisório da atividade noutra local até ao limite do capital fixado para esta garantia.

A indemnização será paga contradocumentos comprovativos das despesas efetuadas, após dedução dos encargos a que o Segurado estaria sujeito se o sinistro não tivesse ocorrido e que, entretanto, deixou de suportar.

Os bens seguros que tenham sido transferidos para outro local de risco, ao abrigo desta cláusula, continuam garantidos nas mesmas condições desta apólice.

No geral, o limite máximo de indemnização da presente Condição Especial é de 35.000,00 euros, por sinistro e ano do seguro, sendo a garantia válida pelo período indispensável à reinstalação no local onde se verificou o sinistro, sem nunca poder exceder os 9 meses.

7. OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO

7.1. Para reclamações de prejuízos até 2.500,00 euros, antes de aplicação da franquia contratual, o segurador prescinde do processo de peritagem e aceita processar as indemnizações com base na apresentação de um dos seguintes documentos:

- ✓ Apresentação da participação de sinistro;
- ✓ Cópia do orçamento de reparação, em caso de perda parcial;
- ✓ Em caso de perda total, cópia do recibo de aquisição do bem à data da compra, ou cópia do recibo de substituição, ou fatura pró-forma, ou cópia da ficha de imobilizado, onde conste a descrição e o valor do bem.

7.1.1. Independentemente do valor da reclamação e sempre que esta seja paga em dinheiro, o segurador incluirá sempre no montante a indemnizar, o correspondente valor de IVA, quando este for efetivamente suportado pelo Município, não podendo invocar para tal, a entrega dos originais dos recibos, quando estes forem emitidos à ordem do Município, uma vez que por lei, está vedada a estas entidades a dedução do imposto em causa.

7.2. A Seguradora terá a obrigatoriedade de apresentar um relatório de sinistralidade, trimestralmente.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. Pretende-se um Seguro de Responsabilidade Civil Geral - cobrindo as consequências pecuniárias resultantes de danos corporais e materiais da responsabilidade do Município de Resende, em todo o território de

Portugal Continental que garanta a responsabilidade civil extracontratual decorrente da atividade do Município, com exclusão das responsabilidades sujeitas a seguro obrigatório.

1.2. Pelo presente contrato ficam garantidos, até aos limites fixados, o pagamento das indemnizações que, ao abrigo da legislação em vigor, sejam exigíveis ao segurado, em consequência de danos patrimoniais e não patrimoniais causadas a terceiros, e resultante da atividade do segurado, entendendo-se pela atividade as suas atribuições e competências legalmente definidas.

1.3. No seguro de responsabilidade civil autarquias tem de ser efetuada uma apólice para os espaços de jogo e recreio identificados no **Anexo 4**. O capital a segurar, inerente ao seguro de responsabilidade civil por danos corporais causados aos utilizadores em virtude de deficiente instalação e manutenção dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacto é de 400.000,00 €, o qual é automaticamente atualizado em janeiro de cada ano, de acordo com o índice de preços no consumidor verificado no ano anterior e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística.

1.4. O capital a segurar, inerente ao seguro de responsabilidade civil por danos corporais causados aos utilizadores das instalações desportivas cobertas ou ao ar livre identificados no **Anexo 5**, em virtude de deficientes condições de instalação e manutenção dos equipamentos desportivos é de €200.000,00 pelo período do seguro, independentemente dos sinistros ocorridos e do número de lesados envolvidos.

2. PESSOAS SEGURAS

- 2.1.** Agentes colocados sob autoridade da entidade adjudicante no exercício das funções para que foram requisitados;
- 2.2.** Civis requisitados para prevenir ou fazer cessar qualquer acidente, incêndio, flagelo ou calamidade;
- 2.3.** Todo e qualquer voluntário que preste auxílio à entidade adjudicante.

3. ATIVIDADES DO TOMADOR DO SEGURO

São consideradas atividades do tomador do seguro, todas as atribuições e competências dos municípios e órgãos municipais de acordo com a legislação em vigor, excluindo-se apenas as atividades que sejam exercidas por empresas municipais ou multimunicipais criadas, geridas ou participadas pelo Tomador de Seguro, podendo envolver atividades diversas, nomeadamente:

⇒ Bibliotecas Municipais, Feiras, Exposições, Mercados, Conferências, Manifestações Culturais, Feiro do Livro e artesanato, Festas e Marchas Populares, Diversas Romarias, Desportivas ou análogas, Cantinas, Piscinas,

Colónia de Férias e Atividades de Interrupções Letivas, Escolas, Parques Infantis, Jardins de Infância, Parques Desportivos, Pavilhões Desportivos, Piscinas e outros Equipamentos Desportivos de Recreio ou Culturais, Canil/Gatil Municipal, Serviços de Recolha manual ou mecânica de Resíduos ou Detritos Sólidos, Limpeza e Higiene Urbana, Conservação de Auditórios, Galerias e Arquivo Histórico, Parques e Jardins, Cemitérios, Resíduos, Sistema de Sinalização e Trânsito, atividades de promoção Turística, Gestão de Refeitórios Escolares, Rede de Transportes Escolares e bens confiados ao Município de Resende.

4. CAPITAIS E COBERTURAS

4.1. O capital a segurar é de **500.000,00 €** por sinistro e anuidade.

4.2. Em relação à cobertura, pretende-se garantir até aos limites fixados, o pagamento das indemnizações que, ao abrigo da legislação em vigor, sejam exigíveis ao segurado, em consequência de danos decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causadas a terceiros por um sinistro de carácter súbito e imprevisto, e resultante da atividade do segurado, entendendo-se pela atividade as suas atribuições e competências legalmente definidas. A título enunciativo, pretende-se garantir o pagamento das indemnizações a terceiros, resultantes das responsabilidades derivadas:

- a)** Da realização de trabalhos, serviços e prestação de serviços, que resultem das atribuições e competências legais do Segurado;
- b)** Dos atos, erros ou omissões do Segurado;
- c)** Dos agentes dependentes e/ou requisitados pelo Município, ao abrigo da legislação em vigor;
- d)** Da sua qualidade de proprietário, arrendatário, usufrutuário e/ou possuidor de imóveis e equipamentos, quer estes sejam destinados a utilização pública ou privada;
- e)** Da exploração e manutenção de parques de estacionamento, garagens, oficinas, estaleiros (considerando-se como terceiros os utentes de quaisquer destas instalações, quer sejam ou não funcionários do tomador) e postos abastecedores de combustíveis;
- f)** Dos pontos de atendimento, venda e/ou lojas municipais do segurado;
- g)** Da execução de trabalhos de construção, ampliação, renovação, conservação, manutenção, reparação ou reabilitação;
- h)** De acidentes causados por falta de sinalização, sinalização deficientes ou por sinalização retirada por terceiros ou ação de elementos naturais;
- i)** Da organização e realização de festas, conferências, reuniões e outras atividades ou eventos de carácter social, cultural, musical, desportivo, recreativo e educacional;

- j) De operações de carga, descarga e transporte de matérias, produtos, ou equipamentos inerentes à atividade do segurado;
- k) De deficiente instalação, manutenção, assistência ou vigilância nos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento, superfícies de impacto e mobiliário urbano, conforme art.º 31 do Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro, com a redação que lhe for dada por posteriores alterações. Esta garantia tem um sublimite de 400.000,00 €, por sinistro e período do seguro, sendo automaticamente atualizado em janeiro de cada ano, de acordo com o índice de preços no consumidor verificado no ano anterior, e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P.;
- l) De deficientes condições de instalação e manutenção dos equipamentos desportivos, conforme art.º 11 do Decreto-Lei n.º 100/2003, de 23 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 82/2004, de 14 de abril e posteriores alterações. Esta garantia tem um sublimite de 200.000,00 €, por sinistro e período do seguro, de acordo com a Portaria n.º 1049/2004, de 19 de agosto;
- m) De máquinas e guias em laboração que sejam utilizadas no seu interesse e/ou sob a sua direção efetiva;
- n) Da utilização de ascensores, monta-cargas, plataformas, escadas rolantes e outros equipamentos de elevação;
- o) Da queda total ou parcial de anúncios ou outros painéis, antenas, parâmetros, postes de iluminação, de sinalização e outras antenas ou mastros que sejam propriedade do Município ou por ela sejam explorados;
- p) Da propriedade ou guarda de animais;
- q) Do armazenamento, utilização, transporte e lançamento de fogo-de-artifício e foguetes;
- r) De incêndio e/ou explosão;
- s) Por perdas indiretas, lucros cessantes, paralisações e danos emergentes, desde que tais danos resultem de responsabilidades cobertas por este contrato de seguro. Esta garantia tem um sublimite de indemnização máximo de 75.000,00 euros por sinistro e anuidade;
- t) De danos causados a serviços enterrados e aéreos;
- u) Da propriedade, manutenção e conservação de parques, zonas verdes, espaços ajardinados e zonas arborizadas;
- v) Do exercício das atividades desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia, no âmbito das competências delegadas pela Câmara Municipal;
- w) Da qualidade de Entidade Empregadora, ficando garantidas as indemnizações pecuniárias, devidas, a título de responsabilidade civil extracontratual, pelo Segurado aos seus trabalhadores ou respetivos herdeiros, exclusivamente por danos não patrimoniais decorrentes de lesões corporais sofridas em consequência de acidente que, nos termos da lei, seja qualificado como de trabalho. Excluindo-se os danos indemnizáveis ao

abrigo do seguro de acidentes de trabalho, mesmo em caso de insuficiência da respetiva apólice. Esta garantia tem um sublimite máximo de indemnização de 75.000,00 euros, por sinistro e anuidade;

- x)** Em bens ou objetos de terceiros que estejam confiados, alugados ou arrendados ao segurado para guarda, utilização, trabalho ou outro fim;
- y)** Pelas obras, trabalhos, prestação de serviços, produtos e suas embalagens, produzidos, armazenados e/ou fornecidos pelo segurado se as reclamações forem motivadas por erro, omissão ou vício oculto que se revelem somente após a receção expressa ou tácita dos referidos bens ou serviços;
- z)** Dos danos causados por poluição, contaminação, fuga ou vazamento, em consequência de um acontecimento imprevisto, súbito e não intencional decorrente da atividade do Segurado, incluindo o custo de remoção, neutralização, anulação ou limpeza das substâncias de poluição ou contaminação;
- aa)** Da responsabilidade civil legal subsidiária e/ou solidária decorrente de danos causados por empresas contratadas e subcontratadas para a execução de obras e serviços, ficando salvaguardado o direito de regresso do segurador contra as entidades diretamente responsáveis pelos danos;
- bb)** Decorrente de rebentamento, rotura ou transbordamento de canos, condutas, adutores, coletores, emissários, depósitos, estações elevatórias e estações de tratamento;
- cc)** Pelas tampas, caixas de visita e sumidouros das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais urbanas;
- dd)** Decorrentes da montagem e desmontagem de contadores.
- ee)** Danos resultantes da recolha, tratamento, transporte e desembaraçamento de águas residuais (urbanas e pluviais), incluindo a totalidade das infraestruturas;
- ff)** Danos causados pela captação, tratamento, reserva e distribuição de água, incluindo a totalidade das infraestruturas;
- gg)** Danos resultantes do transporte, carga, descarga e armazenamento de mercadorias, nomeadamente reagentes químicos usados no tratamento da água;
- hh)** Danos decorrentes de más condições de conservação e/ou manutenção das estradas municipais;
- ii)** Resultantes da atividade de derrube e corte de árvores através de administração direta;
- jj)** Resultantes de queda de árvores, ramos ou outros acidentes com árvores ou arbustos sob gestão e manutenção do Segurado;
- kk)** Da utilização e funcionamento do conjunto de serviços camarários, tais como: Feiras e mercados, cantinas, colónias de férias, jardins-de-infância e escolas primárias, lares de 3ª idade, parques infantis, conservação de parques e jardins e espaços públicos, matadouro Municipal de Resende e Marina de Caldas de Arêgos;

- ll)** Da utilização de animais pertença da Autarquia, desde que acompanhados do devido guardador;
- mm)** Da utilização e montagem de bancadas/palcos móveis com carácter temporário por iniciativa da Autarquia;
- nn)** Danos provocados pelos contentores do lixo;
- oo)** Dos danos causados por poluição, contaminação de solo, das águas ou da atmosfera, em consequência de um acontecimento imprevisto, súbito e não intencional decorrente da atividade do Segurado, incluindo o custo de remoção, neutralização, anulação ou limpeza das substâncias de poluição ou contaminação, com sublimite de € 50.000,00;
- pp)** De deficientes condições de instalação e manutenção de circuitos de exercícios de manutenção, incluído o disposto no Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro e Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01 de abril e Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto.
- qq)** De deficiências na instalação e manutenção de funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimento público, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 junho e Decreto-Lei n.º 268/209, de 29 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 agosto.
- rr)** Por intoxicação alimentar provocada por alimentos e/ou bebidas servidas nos refeitórios escolares e instalações de restauração geridas pelo segurado;
- ss)** Dos danos decorrentes da atividade do Centro de Recolha Oficial (canil/gatil municipal) bem como, em eventos realizados pelo município, desde que os mesmos se encontrem devidamente acompanhados por pessoas por eles responsáveis e/ou que se encontrem em processo de adoção, desde que não sejam cães sujeitos a obrigatoriedade de seguro de animais perigosos;

5. EXCLUSÕES

Derrogando tudo o que em contrário estiver estipulado nas Condições Gerais, constituem exclusões únicas do presente contrato de seguro os danos:

- 5.1.** Decorrentes de atos ou omissões dolosas do Tomador do seguro, do Segurado ou de pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis;
- 5.2.** Causados pelo tomador do seguro, pelo Segurado ou pessoas seguras em estado de embriaguez ou sob influência de estupefacientes, drogas ou outros produtos tóxicos, desde que esse estado ou influência estejam devidamente comprovados, por decisão judicial transitada em julgado;

- 5.3.** Decorrentes de acidentes de viação provocados por veículos que, nos termos da legislação em vigor, sejam obrigados a seguro;
- 5.4.** Decorrentes de acidentes provocados por aeronaves;
- 5.5.** Decorrentes de acidentes provocados por embarcações marítimas, lacustres ou fluviais;
- 5.6.** Decorrentes, direta ou indiretamente, de explosão, libertação de calor ou radiação provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou radioatividade;
- 5.7.** Causados aos empregados, assalariados ou mandatários do Tomador do seguro, quando ao serviço deste e desde que tais danos resultem de acidente enquadrável na legislação sobre o Acidentes de trabalho, sem prejuízo do previsto na cobertura de Responsabilidade Civil de Entidade Empregadora do Segurado;
- 5.8.** As reclamações decorrentes de responsabilidade assumidas por acordo ou contrato particular, na medida em que a mesma exceda a responsabilidade a que o segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato;
- 5.9.** Uso ou armazenamento de explosivos, sem prejuízo da cobertura concedida para fogo-de-artifício e foguetes;
- 5.10.** Atrasos ou incumprimento na efetivação dos trabalhos ou serviços;
- 5.11.** Ação de campos eletromagnéticos;
- 5.12.** Danos originados por motivos de força maior, nomeadamente, os associados a tremores de terra, furacões, trombas de água, ciclones, inundações e quaisquer outros fenómenos naturais de natureza catastrófica;
- 5.13.** Falha ou falta de fornecimento;
- 5.14.** Os danos resultantes de asbestos, fibras de asbestos ou produtos que contenham asbestos ou sílica;
- 5.15.** Os danos decorrentes de acidentes devidos a atos de guerra, guerra civil, invasão, lei marcial, hostilidades, revolução, rebelião, insurreição, poder militar usurpado ou tentativas de usurpação do poder, motins, comoção civil, terrorismo, confiscação, requisição e destruição causada por ordem do governo ou quaisquer autoridades públicas ou locais, vandalismo, sabotagem, assaltos, greves, tumultos e “*lock-out*”;
- 5.16.** Os danos decorrentes de reclamações resultantes ou baseadas direta ou indiretamente na aplicação de quaisquer taxas, multas ou coimas, impostas por autoridades competentes, bem como de outras penalidades de natureza sancionatória ou fiscal e por indemnizações fixadas a título de danos punitivos, danos de vingança e exemplares;
- 5.17.** Derivados da interrupção ou suspensão total ou parcial da atividade exercida pelo Segurado;
- 5.18.** Sofridos pelos próprios produtos do Segurado, bem como os gastos para averiguar e reparar tais danos.

5.19. Os danos causados à biodiversidade, entendida esta como habitats e espécies naturais nos termos constantes do anexo I da Diretiva n.º 79/409/CEE ou dos anexos I, II e IV da Diretiva n.º 92/43/CEE ou habitats e espécies não abrangidos por aquelas diretivas, mas em relação ao quais tiverem sido designadas áreas de proteção ou conservação nos termos do direito nacional relativo à conservação da natureza, bem como quaisquer despesas efetuadas para prevenir estes danos.

6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA ANÁLISE DO RISCO

O orçamento anual, a população e a área total, da entidade adjudicante para o ano de **2025**, é o seguinte:

Orçamento	População (censos 2021)	Área Total do Concelho (Km²)
21 M €	10 051 hab.	123,40 km²

7. CONDIÇÕES ESPECIAIS / FRANQUIA

7.1. Em caso de sinistro, fica a cargo do segurado, as seguintes franquias:

- ⇒ 10%, no mínimo de 650,00 € por danos provocados pelas tampas, caixas de visita e sumidouros e/ou decorrentes de más condições de conservação e/ou manutenção das estradas municipais;
- ⇒ Fixa de 500,00€ nas restantes coberturas garantidas.

7.2. A franquia contratual não é oponível aos terceiros lesados. Assim e após satisfação da indemnização aos terceiros lesados, o segurador emitirá um recibo de reembolso de franquia ao Município, o qual providenciará no seu pagamento no prazo de 45 dias seguidos.

7.3. Caso sejam efetuadas participações de danos a terceiros, que se materializem em danos inferiores à franquia, o segurador aceitará, a pedido do Município, a condução do processo. Nestes casos e se existir lugar a pagamento de alguma indemnização a terceiros lesados, repetindo, mesmo que de valor inferior à franquia, o segurador procederá de acordo com o indicado no ponto anterior.

7.4. Todas as indemnizações/pagamentos devem ser liquidadas(os) e pagas(os) no prazo máximo de 45 dias úteis após as participações de sinistros, caso contrário, a companhia de seguros é obrigada a indemnizar os lesados pela totalidade dos danos causados, perdendo o direito ao reembolso do valor da franquia por parte do Município.

7.5. A Seguradora terá a obrigatoriedade de apresentar um relatório de sinistralidade, trimestralmente.

8. FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento do prémio será em frações semestrais, sem cargas de fracionamento.



SEGURO EMBARCAÇÃO DE RECREIO

1. SEGURADO

1.1. Município de Resende

2. DETALHE DO OBJETO SEGURO – (Anexo 6 – Registo da embarcação)

- Nome Embarcação: Barca de Aregos
- Matrícula: 933RE5
- Ano Construção: 2010
- Lotação: 14 (2 tripulação+12 passageiros)
- Material de Construção: PRFV
- Tipo Embarcação: a motor
- Motor: Yamaha 6C6-1015957
- Atividade: Recreio

3. VALORIZAÇÃO DO BEM SEGURO

3.1. Capital Seguro Casco: 40.000,00 €

4. COBERTURAS

4.1. Danos Próprios;

- Perda Total;
- Avaria grossa;
- Salvação;
- Avarias Particulares por encalhe, abalroamento, submersão, incêndio, ação mecânica de queda de raio ou explosão;
- Prejuízos causados ou recebidos em caso de colisão com cais, pontões, boias e ainda quaisquer objetos fixos móveis;
- Avarias particulares em planos inclinados ou docas secas;
- Operações de reboque;
- Responsabilidade Civil: **250.000,00 € ***

*Aplicável a Responsabilidade Civil de Operadores Marítimo-Turísticos, que se encontra regulamentado pelo



Decreto-Lei nº 108/2009, de 15 de maio, alterado pelo Decreto-Lei nº 95/2013, de 19 de julho e pelo Decreto-Lei nº 186/2015, de 3 de setembro.

Franquia: 1,50% sobre o valor da Embarcação, no mínimo de 250,00 €

4.2. Acidentes Pessoais

- **Atividades a desenvolver:**

Aluguer de embarcações com tripulação: Passeios de barco; Passeios marítimo-turísticos

- **Pessoas Seguras:**

A presente apólice garante automaticamente cobertura para todos os passageiros da embarcação exclusivamente para fins lúdicos e excluindo colaboradores do Tomador ou pessoas ao seu serviço.

- **Riscos:**

Acidentes ocorridos durante atividades Turísticas a bordo da embarcação " Barca de Aregos ".

- **Coberturas/Capitais por Pessoa Segura:**

- Morte ou Invalidez Permanente - 22.800,00€ (esta cobertura não se aplica a menores de 14 anos)
- Despesas de Tratamento por acidente - 4.000€

- **Sem franquia**

5. FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento do prémio será anual.

6. CONDIÇÕES ESPECIAIS

6.1. A assistência aos sinistrados no âmbito deste contrato poderá ser prestada diretamente pela seguradora, como se do ramo Acidente Trabalho se tratasse, através de clínicas/consultórios, no concelho de Resende ou nos concelhos limítrofes e nos serviços hospitalares da seguradora, bem como o fornecimento de medicamentos ou outros alvos de prescrições médicas, sem encargos para o sinistrado, em farmácias do concelho ou concelhos limítrofes.

6.2. Todas as indemnizações/pagamentos devem ser liquidadas(os) e pagas(os) no prazo máximo de 45 dias úteis após a receção das respetivas participações de sinistros e/ou receção dos documentos, sendo que, no caso de danos causados ao abrigo da cobertura de danos próprios e responsabilidade civil, as indemnizações/pagamentos devem ser liquidadas(os) e pagas(os) no prazo máximo de 45 dias úteis após a receção das participações de sinistros, caso contrário, a companhia de seguros é obrigada a indemnizar os



lesados pela totalidade dos danos causados, perdendo o direito ao reembolso do valor da franquia por parte do Município.

SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS AUTARCAS

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. Deve garantir os acidentes corporais sofridos pelos respetivos autarcas, eleitos locais, quando se encontrem ao serviço da autarquia, em qualquer parte do mundo, conforme previsto no n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, alterada pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de outubro.

1.2. Para efeito deste seguro são consideradas as seguintes Pessoas Seguras:

- Presidentes de Câmara
- Vice-Presidente
- Vereadores em regime de permanência
- Vereadores em regime de não permanência
- Presidente e Membros da Assembleia Municipal

Nota: Os membros da Assembleia Municipal participam anualmente em 5 sessões ordinárias, podendo existir sessões extraordinárias de acordo com o disposto do artigo 28.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente.

1.3. Considerando que estamos na presença de um seguro com nomes e que por vezes quando as pessoas seguras estão impossibilitadas de exercer as suas funções, elas são substituídas temporariamente (ex.: em caso de doença), o segurador assume a cobertura de tais substituições / suspensões temporárias, sem existir a necessidade de comunicação das referidas alterações temporárias, por parte do Município, uma vez que a citada situação não aumenta o número de pessoas seguras, i.e., o risco assumido pelo segurador.

1.4. Pretende-se uma apólice aberta.

1.5. Os vereadores em regime de não permanência integram o executivo municipal, participando, por regra, apenas nas reuniões da Câmara Municipal (em média duas reuniões mensais)

1.6. Não foi efetuada qualquer participação de sinistro nos últimos 3 anos.

2. RISCOS A SEGUAR

2.1. Eleitos locais em regime de permanência – Risco Profissional e Extra-Profissional (24 horas

por dia);

2.2. Eleitos locais em regime de não permanência e Membros da Assembleia Municipal – Risco Profissional (quando no exercício das funções ou em representações autárquicas);

2.3. Garantindo-se adicionalmente os seguintes riscos:

2.3.1. Resultantes de cataclismo da natureza, tais como ventos ciclónicos, terremotos, maremotos e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação do raio;

2.3.2. Consequentes de greves, distúrbios laborais, alteração de ordem pública, atos de terrorismo e sabotagem;

2.3.3. Resultantes da utilização pelo Tomador do seguro/Pessoa Segura, durante as deslocações, de meios normais de transporte, incluindo veículos motorizados de duas rodas e aeronaves comerciais e particulares.

3. CAPITAIS E COBERTURAS

Pessoas Seguras	Morte ou Invalidez Permanente	Incapacidade Temporária	Despesas Tratamento Repatriamento	Despesas Funeral
1 Presidente	250.000,00 €	165,00 €/dia	17.500,00 €	3.500,00 €
3 Vereadores a Tempo Inteiro	200.000,00 €	125,00 €/dia	17.500,00 €	3.500,00 €
3 Vereadores a Tempo Parcial	200.000,00 €	120,00 €/dia	17.500,00 €	3.500,00 €
32 Presidente e Membros da Assembleia Municipal	200.000,00 €	120,00 €/dia	17.500,00 €	3.500,00 €

4. OUTRAS COBERTURAS E CAPITAIS SEGUROS

Presidente e Vereadores em Tempo Inteiro	
Cobertura Garantida	Capital Seguro
Subsídio Diário por Hospitalização (Acidente):	50,00 €/Dia
Busca e Salvamento	1.000 €
Readaptação de Habitação e Modificação de Veículo	5.000 €
Paraplegia	25.000 €
Tetraplegia	50.000 €



Município de Resende

Vereadores a Tempo Parcial e Restantes Pessoas Seguras	
Subsídio Diário por Hospitalização (Acidente):	50,00€/Dia
Busca e Salvamento	1.000 €

5. CONDIÇÕES ESPECIAIS

5.1 A assistência aos sinistrados no âmbito deste contrato poderá ser prestada diretamente pela seguradora, como se do ramo Acidente Trabalho se tratasse, através de clínicas/consultórios, no concelho de Resende ou nos concelhos limítrofes e nos serviços hospitalares da seguradora, bem como o fornecimento de medicamentos ou outros alvos de prescrições médicas, sem encargos para o sinistrado, em farmácias do concelho ou concelhos limítrofes.

5.2 Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

- Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses, desde que em consequência de acidentes com danos corporais;
- As despesas de transporte, prescritas pelo médico assistente, que se adequem à natureza da lesão;
- Os acidentes verificados em pessoas com mais de 70 anos.
- Estomatologia

Em caso de incapacidade temporária, não será aplicado qualquer limite temporal no pagamento das indemnizações devidas.

5.3 Todas as indemnizações/pagamentos devem ser liquidadas(os) e pagas(os) no prazo máximo de 45 dias úteis após a receção das respetivas participações de sinistros e/ou receção dos documentos.

6. FRANQUIA

6.1. Sem Franquia

7. FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento do prémio será semestral, sem cargas de fracionamento.

8. CONDIÇÕES ESPECIAIS

BUSCA E SALVAMENTO



A seguradora procederá ao reembolso, até à quantia para o efeito contratada, das seguintes despesas:

- i) Relativas a operações de salvamento e busca do sinistrado;
- ii) Relativas ao transporte do sinistrado em Portugal, do local do acidente até ao local onde lhe possam ser prestados os primeiros cuidados;
- iii) Relativas ao repatriamento do sinistrado quando o acidente tenha ocorrido no estrangeiro.

READAPTAÇÃO DE HABITAÇÃO E MODIFICAÇÃO DE VEÍCULO

Se uma pessoa segura for vítima de um acidente coberto que resulte em Invalidez Total Permanente, a Seguradora pagará as Despesas de Readaptação de Habitação e Modificação de Veículo em que esta incorra até ao prazo de um ano após a data do acidente que cause o(s) dano(s) em causa, até ao limite do capital seguro. Para este efeito consideram-se por Despesas de Readaptação de Habitação Modificação de Veículo:

- i) as despesas feitas à residência da pessoa segura, necessárias para a tornar habitável e acessível por uma pessoa limitada a uma cadeira de rodas;
- ii) as modificações a um veículo motorizado, propriedade da pessoa segura, que sejam necessárias para a pessoa segura poder conduzir o veículo ou aceder ao mesmo;

PARAPLEGIA E TETRAPLEGIA

No caso de paraplegia ou tetraplegia, acrescerá uma indemnização por incapacidade permanente, até ao limite fixado.

Fica entendido como:

- i) Paraplegia: Paralisia permanente e completa dos membros inferiores, sem controle de esfíncteres.
- ii) Tetraplegia: Paralisia permanente e completa dos membros superiores e dos membros inferiores sem controle de esfíncteres.

BENS PESSOAIS

A Seguradora procederá ao pagamento até ao capital seguro tendo por base o valor dos bens pessoais danificados, furtados ou roubados num Acidente, se do mesmo resultar a hospitalização imediata da Pessoa segura sinistrada.

SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS – BOMBEIROS

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. O Seguro de Acidentes Pessoais dos Bombeiros corresponde à concretização do direito estabelecido no Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses que estabelece a cobertura de acidentes ocorridos no exercício da sua missão, em qualquer parte do mundo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua redação atual.

Ficam cobertos os sinistros em consequência de exercícios de instrução ou a prática de atividades desportivas no âmbito da Corporação ou Inter-Corporações, bem como os acidentes ocorridos durante o percurso para o local de apresentação ao serviço ou do regresso deste, qualquer que seja o meio de transporte utilizado.

Estão igualmente cobertos os acidentes ocorridos em ações de formação, instrução, treino, cerimónias, festividades, exibição e outros atos similares.

Ficam cobertos todos os acidentes que decorram de acidentes de viação e aviação, qualquer que seja o meio de transporte utilizado.

Para efeito deste seguro é considerada como pessoa segura, o Bombeiro conforme definido na alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua redação atual, pertencente a Corpos de Bombeiros Profissionais ou Mistos nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho.

Corporações	Corpo Ativo	Corpo Não Ativo	Total
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Resende	88	17	105

1.2. Pretende-se uma apólice aberta.

2. CAPITAIS E COBERTURAS

2.1. Ficam cobertos os acidentes ocorridos em território nacional e no estrangeiro, quando no exercício exclusivo das suas missões, ou por causa delas, incluindo ações de formação ou de instrução, bem como os

acidentes ocorridos durante o percurso direto para o local de apresentação ao serviço ou do regresso deste, qualquer que seja o meio de transporte utilizado;

2.2. Os capitais a garantir são os que abaixo se indicam, salvaguardando-se, que em caso algum, estes poderão vir a ser inferiores aos limites mínimos legalmente definidos (Portaria n.º 366/2024, de 1 de dezembro), por pessoa, na contratação do seguro obrigatório de acidente pessoais/bombeiros e compreendem os seguintes riscos:

QUADRO ATIVO

Coberturas garantidas	Capitais seguros
Morte por acidente	243.600,00 €
Na morte da pessoa segura, os filhos menores receberão:	5.000,00 €
Invalidez permanente por acidente	243.600,00 €
Despesas de tratamento por acidentes	95.700,00 €
Subsídio diário por incapacidade temporária por acidente (1)	Até 130,50 €
Subsídio mensal aquando da incapacidade temporária para despesas de primeira necessidade	50,00 €
Morte simultânea da pessoa segura e cônjuge	15.000,00 €
Despesas de funeral	2.500,00 €
Despesas com operações de salvamento, busca, transporte por sinistrado	1.000,00 €
Paraplegia	25.000,00 €
Tetraplegia	50.000,00 €
Indemnização por queimadura	Até 5.000,00 €
Cicatriz facial ou desfiguração	Até 5.000,00 €

QUADRO NÃO ATIVO

Coberturas garantidas	Capitais seguros
Morte por acidente	243.600,00 €
Invalidez permanente por acidente	243.600,00 €
Despesas de tratamento por acidentes	95.700,00 €

Subsídio diário por incapacidade temporária por acidente (1)	até 130,50 €
Despesas de Funeral	2.500,00 €

(1) A referida portaria determina que o valor de indemnização relativo ao subsídio diário, em caso de incapacidade temporária absoluta e total que afete uma pessoa segura que seja estudante ou desempregado, deverá ser calculado em função do Salário Mínimo Nacional. Caso a pessoa segura seja reformada e não tenha perda efetiva de remuneração, não haverá lugar ao pagamento de ITA.

3. CONDIÇÕES ESPECIAIS

3.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais: este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

- ⇒ As roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- ⇒ A implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;
- ⇒ Inclusão de pessoas seguras com mais de 70 anos;
- ⇒ As despesas de transporte, prescritas pelo médico assistente, que se adequem à natureza da lesão;
- ⇒ Morte em consequência de inalação de fumos;
- ⇒ Reconstituição cosmética por acidente causado ao abrigo das condições da apólice.
- ⇒ Estomatologia

Em caso de incapacidade temporária, não será aplicado qualquer limite temporal no pagamento das indemnizações devidas.

4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.1. Nos casos em que a incapacidade temporária absoluta e total afete o segurado que seja estudante ou desempregado, o subsídio diário é calculado em função da remuneração mínima mensal;

4.2. Atualização automática dos capitais seguros sempre que o salário mínimo for alterado, aplicando-se o respetivo aumento do prémio, proporcional ao aumento do salário mínimo;

4.3. Considera-se como data efetiva de inclusão/exclusão de pessoas seguras na apólice e admissão/saída na corporação independentemente de qualquer desfasamento temporal entre a admissão/saída da corporação e a comunicação destes factos ao adjudicatário. A comunicação será efetuada no prazo legal, contando-se esse prazo da data em que seja comunicada ao Município essa alteração, conforme definido nas condições particulares constantes do Caderno de Encargos. Qualquer alteração produzirá os seus efeitos, independentemente da data da comunicação, à data em que comprovadamente tenha sido efetuado o respetivo

recenseamento na Autoridade Nacional de Proteção Civil, sendo fixada a obrigatoriedade de comunicação trimestral, nos termos da Portaria 123/2014, de 19 de junho (artigo 7º, nº2).

4.4. A adesão ao seguro será feita através do compromisso de cada uma das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntário recensear os seus efetivos na Autoridade Nacional de Proteção Civil. Qualquer alteração no quadro de pessoas seguras deverá ser comunicada pela Associação/Corpo de Bombeiros com a maior brevidade possível.

4.5. A assistência aos sinistrados no âmbito deste contrato deve ser prestada diretamente pela seguradora, como se do ramo Acidente Trabalho se tratasse, até ao limite do capital, através de clínicas/consultórios, no concelho de Resende ou nos concelhos limítrofes e nos serviços hospitalares da seguradora, bem como o fornecimento de medicamentos ou outros alvos de prescrições médicas, sem encargos para o sinistrado, em farmácias do concelho ou concelhos limítrofes.

4.6. Todas as indemnizações/pagamentos devem ser liquidadas(os) e pagas(os) no prazo máximo de 45 dias úteis após a receção das respetivas participações de sinistros e/ou receção dos documentos.

5. FRANQUIA

5.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia, incluindo no caso de indemnizações por Invalidez Permanente.

6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento do prémio será em frações semestrais, sem cargas de fracionamento.

7. CONDIÇÕES ESPECIAIS

NA MORTE DA PESSOA SEGURA, OS FILHOS MENORES RECEBERÃO:

No caso de ser efetuado um pagamento por morte provocada por acidente, será acrescido um montante a pagar para cada filho dependente da pessoa segura, até ao limite fixado.

SUBSÍDIO MENSAL AQUANDO DA INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PARA DESPESAS DE PRIMEIRA NECESSIDADE

Em caso de Incapacidade Temporária Absoluta por Acidente, o segurador procederá ao reembolso, até ao limite contratado, dos gastos efetuados, exclusivamente, com a aquisição de: Bens alimentares de primeira



necessidade perecíveis tais como: pão, leite, água, carne, peixe, leguminosas, arroz, massas e outros com incidência de IVA à taxa de bens de primeira necessidade.

O subsídio será pago durante o tempo que esteja declarada a Incapacidade Temporária Absoluta.

MORTE SIMULTÂNEA DA PESSOA SEGURA E CÔNJUGE

Em caso de Morte simultânea da Pessoa Segura e do seu cônjuge, resultante de acidente coberto pelo seguro e ocorrido imediatamente ou uma vez estabelecido o nexo causal, o segurador pagará o capital fixado. Esta cobertura funciona como complementar à cobertura de Morte por Acidente, pelo que as condições da sua elegibilidade e validade são as condições de elegibilidade e validade daquela.

BUSCA E SALVAMENTO

A seguradora procederá ao reembolso, até à quantia para o efeito contratada, das seguintes despesas:

- i) Relativas a operações de salvamento e busca do sinistrado;
- ii) Relativas ao transporte do sinistrado em Portugal, do local do acidente até ao local onde lhe possam ser prestados os primeiros cuidados;
- iii) Relativas ao repatriamento do sinistrado quando o acidente tenha ocorrido no estrangeiro.

PARAPLEGIA E TETRAPLEGIA

No caso de paraplegia ou tetraplegia, acrescerá uma indemnização por incapacidade permanente, até ao limite fixado.

Fica entendido como:

- i) Paraplegia: Paralisia permanente e completa dos membros inferiores, sem controle de esfíncteres.
- ii) Tetraplegia: Paralisia permanente e completa dos membros superiores e dos membros inferiores sem controle de esfíncteres.



INDEMNIZAÇÃO POR QUEIMADURA

Se uma pessoa segura sofrer um acidente que resulte, por si só e independentemente de qualquer outra causa, em queimadura, a seguradora pagará uma percentagem do capital seguro, consoante o tipo de queimadura em causa.

CICATRIZ FACIAL OU DESFIGURAÇÃO

No caso de a pessoa segura sofrer lesão corporal que, resulte, por si só e independentemente de qualquer outra causa, em cicatriz facial permanente ou desfiguração, a Seguradora pagará à Pessoa Segura, de acordo com a dimensão da lesão, nas seguintes proporções:

Cicatriz Facial Permanente:

- i) Comprimento superior a 10cm: 100%
- ii) Comprimento superior a 6cm e inferior a 10cm: 50%
- iii) Desfiguração Permanente: 100%

SEGURO GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS PARA OS UTENTES DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS, RECREATIVAS, CULTURAIS E DE LAZER DO MUNICÍPIO

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. Com base nos diplomas legais em vigor, designadamente o Decreto-Lei n.º 10/2009, de 12 de janeiro, o Decreto-Lei n.º 271/2009, de 01 de outubro e a Portaria n.º 141/96, de 04 de maio, ficam garantidos os acidentes corporais resultantes da prática amadora de atividades desportivas desenvolvidas no âmbito dos eventos periodicamente organizados pela entidade adjudicante.

1.2. Ficam, ainda, incluídas a prática de desporto, atividade cultural ou recreativa – em competição, treino, estágio, preparação, ensaio ou atuação – em representação ou sob o patrocínio da entidade adjudicante.

1.3. O presente seguro aplica-se a qualquer acontecimento de natureza accidental, verificado durante a utilização das instalações desportivas, recreativas, culturais e de lazer do município. Serão indemnizados os sinistros em consequência de um Acidente Pessoal que, de uma forma genérica se define como o acontecimento de caráter súbito, externo e imprevisível para o Tomador do Seguro, Pessoa Segura e Beneficiário, que cause à

Pessoa Segura lesões corporais, invalidez permanente, incapacidade temporária ou morte, verificadas clinicamente.

2. CAPITAIS E COBERTURAS

2.1. As pessoas seguras que sejam utentes e/ou utilizadores das infraestruturas e/ou instalações desportivas, recreativas e culturas municipais, cobertas ou ao ar de livre, abertas ao público, no âmbito do Regime Jurídico do Seguro Desportivo Obrigatório, terão abrangidos pelas coberturas/capitais abaixo, de acordo com a redação que lhe for dada por posterior alterações, **Anexo 7:**

Cobertura	Capital
Morte	32.437,50 €
Invalidez permanente absoluta e parcial	32.437,50 €
Despesas de funeral	2.595,00 €
Despesas de tratamento e repatriamento	5.190,00 €
Despesas com substituição e reparação de próteses e Ortóteses existentes	500,00 €

2.2. Os Capitais Seguros são automaticamente atualizados, em janeiro de cada ano, de acordo com o índice de preços do consumidor verificado no ano anterior e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P.

2.3. No contrato de seguro em causa não poderá haver capitais inferiores aos praticados no âmbito do seguro desportivo e deverá garantir-se no mínimo as seguintes coberturas:

2.4. Pagamento de um capital por morte ou invalidez permanente, total ou parcial, por acidente decorrente das diversas atividades;

2.5. Pagamento de despesas de tratamento, incluindo internamento hospitalar, e de repatriamento.

2.6. No Desporto Sénior ficam garantidas as pessoas com mais de 70 anos de idade.

2.7. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

- ⇒ Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- ⇒ Implantação ou reparação de próteses e/ou ortóteses;
- ⇒ As despesas de transporte, prescritas pelo médico assistente, que se adequem à natureza da lesão;
- ⇒ Acidentes verificados em pessoas com mais de 70 anos;
- ⇒ Estomatologia.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

3.1. A assistência aos sinistrados no âmbito deste contrato poderá ser prestada diretamente pela seguradora, como se do ramo Acidente Trabalho se tratasse, através de clínicas/consultórios, no concelho de Resende ou nos concelhos limítrofes e nos serviços hospitalares da seguradora, bem como o fornecimento de medicamentos ou outros alvos de prescrições médicas, sem encargos para o sinistrado, em farmácias do concelho ou concelhos limítrofes

3.2. De acordo com o n.º 3 e 4, do artigo 14º - Seguros proibidos – do Decreto-Lei n.º 72/2008 de 16 de abril, nesta apólice de seguro aplicam-se aos menores de 14 anos todas as coberturas e capitais contratados.

3.3. Todas as indemnizações/pagamentos devem ser liquidadas(os) e pagas(os) no prazo máximo de 45 dias úteis após a receção das respetivas participações de sinistros e/ou receção dos documentos.

4. FRANQUIA

4.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia, incluindo no caso de indemnizações por Invalidez Permanente.

5. FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento do prémio será em frações semestrais, sem cargas de fracionamento.

SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS PARTICIPANTES EM ATIVIDADES TEMPORÁRIAS (INCLUINDO DESPORTIVAS, RECREATIVAS E CULTURAIS)

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. Ficam garantidos os participantes em acontecimentos ou eventos de carácter turístico, desportivo, cultural, musical, de recreio ou educativo

1.2. As atividades, mencionadas anteriormente, desenvolvem-se em vários locais, dentro ou fora do concelho, podendo as mesmas serem efetuadas em recinto fechado ou aberto, dependendo do tipo de modalidade.

1.3. Ficam também incluídas a cobertura dos acidentes emergentes de deslocações das Pessoas Seguras, desde que efetuadas em grupo e em veículo do Tomador do Seguro ou a este cedido ou alugado para a participação neste tipo de eventos.



Município de Resende

1.4. O presente seguro aplica-se a qualquer acontecimento de natureza acidental, verificado durante o período da atividade. Serão indemnizados os sinistros em consequência de um Acidente Pessoal que, de uma forma genérica se define como o acontecimento de carácter súbito, externo e imprevisível para o Tomador do Seguro, Pessoa Segura e Beneficiário, que cause à Pessoa Segura lesões corporais, invalidez permanente, incapacidade temporária ou morte, verificadas clinicamente.

1.5. Pretende-se um seguro de acidentes pessoais, anual, que abranja todos os participantes das atividades e eventos de carácter desportivo, cultural e recreio da entidade adjudicante, cuja realização se desenvolve eventual ou periodicamente, em determinados dias do ano.

1.6. Para efeito deste seguro são consideradas pessoas seguras todos os participantes das atividades e eventos de carácter desportivo, cultural e recreio, ou seja:

1.6.1. Os participantes em atividades temporárias, realizadas, organizadas ou patrocinadas pela entidade adjudicante, nomeadamente as que se referem a ocupação de tempos livres, festividades e outras manifestações, acontecimentos ou eventos desportivos, culturais e de recreio e as pessoas que participem em programas e/ou atividades ocupacionais, quer sejam de tempos livres, ou não.

2. CAPITAIS E COBERTURAS

2.1. Os montantes de capital a segurar, por pessoa são:

- As pessoas seguras que participem em atividades temporárias culturais, desportivas e de recreio, estarão garantidas pelos seguintes:

Cobertura	Capital
Morte	32.437,50 €
Invalidez permanente absoluta e parcial	32.437,50 €
Despesas de funeral	2.595,00 €
Despesas de tratamento e repatriamento	5.190,00 €
Despesas com substituição e reparação de próteses e ortóteses existentes	500,00 €

- As pessoas seguras que participem em “Campos de Férias” ou atividades similares, estarão garantidas pelos seguintes:

Cobertura	Capital
Morte ou Invalidez permanente absoluta e parcial	69.600,00 €

Despesas de funeral	6.960,00 €
Despesas de tratamento e repatriamento	8.700,00 €
Despesas com substituição e reparação de próteses e ortóteses existentes	652,50 €

2.2. Os Capitais Seguros para as coberturas indicadas nos pontos anteriores, em janeiro de cada ano, de acordo com o índice de preços do consumidor verificado no ano anterior e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P e de acordo com o Decreto-Lei n.º 32/2011, de 7 de março e Portaria n.º 629/2004, de 12 de junho;

2.3. No Desporto Sénior ficam garantidas as pessoas com mais de 70 anos de idade.

2.5. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

- ⇒ Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- ⇒ Implantação ou reparação de próteses e/ou ortóteses;
- ⇒ As despesas de transporte, prescritas pelo médico assistente, que se adequem à natureza da lesão;
- ⇒ Acidentes verificados em pessoas com mais de 70 anos;
- ⇒ Estomatologia.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

3.1. Pretende-se uma apólice aberta;

3.2. A assistência aos sinistrados no âmbito deste contrato poderá ser prestada diretamente pela seguradora, como se do ramo Acidente Trabalho se tratasse, através de clínicas/consultórios, no concelho de Resende ou nos concelhos limítrofes e nos serviços hospitalares da seguradora, bem como o fornecimento de medicamentos ou outros alvos de prescrições médicas, sem encargos para o sinistrado, em farmácias do concelho ou concelhos limítrofes.

3.3. De acordo com o n.º 3 e 4, do artigo 14º - Seguros proibidos – do Decreto-Lei n.º 72/2008 de 16 de abril, nesta apólice de seguro aplicam-se aos menores de 14 anos todas as coberturas e capitais contratados.

3.4. Estimativa de atividade de acordo com o **Anexo 8**.

3.5. Todas as indemnizações/pagamentos devem ser liquidadas(os) e pagas(os) no prazo máximo de 45 dias úteis após a receção das respetivas participações de sinistros e/ou receção dos documentos.

4. FRANQUIA



4.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia, incluindo no caso de indemnizações por Invalidez Permanente.

5. FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento do prémio será em frações semestrais, sem cargas de fracionamento.

SEGURO DE GRUPO ACIDENTES PESSOAIS – VOLUNTARIADO (INCLUINDO COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS)

1. OBJETO DO SEGURO

1.1. Seguro de acidentes pessoais, nos termos da Lei 71/98, de 31 de novembro e do Decreto-Lei 389/99, de 30 de setembro. O presente seguro garante os acidentes ocorridos durante o desenvolvimento das atividades de voluntariado, durante o percurso direto entre o domicílio e o local do exercício da atividade e retomo, qualquer que seja o meio de transporte utilizado.

Este seguro, abrange ainda, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 14.º da 147/99, de 1 de setembro, alterada pelas leis 31/2013 de 22 de agosto, 142/2015, de 8 de setembro e 23/2017, de 23 de maio, os elementos da Comissão alargada da CPCJ, que nesse âmbito exercem as competências previstas no artigo 18º da mencionada Lei.

2. ÂMBITO DO RISCO

2.1. Risco Profissional

Por Risco Profissional compreende-se a participação das Pessoas Seguras nas ações de voluntariado/comissão.

3. COBERTURAS / CAPITALS POR PESSOA SEGURA

3.1. Os capitais e coberturas garantidas para as pessoas seguras de acordo com o **Anexo 9**:

Coberturas garantidas	Capitais seguros
Morte ou invalidez permanente	50.000 €



Município de Resende

Despesas de tratamento e repatriamento	5.000 €
Incapacidade temporária (*)	20,00 €/dia
Despesas de funeral	1.500 €
(*) A cobertura de Incapacidade temporária só é aplicável caso o sinistrado esteja a receber uma remuneração à data do acidente.	

4. FRANQUIAS

4.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia, incluindo no caso de indemnizações por Invalidez Permanente.

5. CONDIÇÕES ESPECIAIS

5.1. A assistência aos sinistrados no âmbito deste contrato poderá ser prestada diretamente pela seguradora, como se do ramo Acidente Trabalho se tratasse, através de clínicas/consultórios, no concelho de Resende ou nos concelhos limítrofes e nos serviços hospitalares da seguradora, bem como o fornecimento de medicamentos ou outros alvos de prescrições médicas, sem encargos para o sinistrado, em farmácias do concelho ou concelhos limítrofes.

5.2. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

- a)** As roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- b)** A implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;
- c)** As despesas de transporte, prescritas pelo médico assistente, que se adequem à natureza da lesão;
- d)** Acidentes verificados em pessoas com mais de 70 anos.

6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento do prémio será anual

SEGURO DE GRUPO ACIDENTES PESSOAIS – SEGURO ESCOLAR

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. Os alunos que frequentem equipamentos escolares de responsabilidade municipal, não integrado na rede nacional.

2. COBERTURAS E CAPITALIS POR PESSOA SEGURO

2.1 Para as pessoas seguras (alunos) que frequentam equipamentos escolares de responsabilidade Municipal, (não integrado na rede nacional escolar) os capitais e coberturas garantidas, serão os seguintes (equiparado a Seguro Escolar).

Nota: Número de crianças inscritas – 500

Coberturas garantidas	Capitais seguros
Morte por acidente	1.500,00 €
Invalidez permanente por acidente	15.000,00 €
Despesas com substituição e reparação de próteses e ortóteses	150,00 €
Despesas de tratamento por acidente	1.500,00 €
Responsabilidade Civil do aluno	15.000,00 €

3. FRANQUIA

3.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia, incluindo no caso de indemnizações por Invalidez Permanente.

4. CONDIÇÕES ESPECIAIS

4.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir:

a) As roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;



- b)** A implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;
- c)** As despesas de transporte, que se adequem à natureza da lesão;

5. FORMAS DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento do prémio será anual.

6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

6.1 Em caso de sinistro o mesmo poderá ser tratado através dos prestadores de serviços como se do ramo de Acidentes de Trabalho se tratasse, até ao limite do capital seguro.



ANEXOS

Anexo 1 – Frota Automóvel

Anexo 2 – Máquinas Casco

Anexo 3 - Relação do Património

Anexo 4 – Listagem das Instalações Desportivas, Culturais e Recreativas

Anexo 5 – Listagem dos Parques Infantis

Anexo 6 – Registo da embarcação

Anexo 7 – Utentes das Instalações

Anexo 8 – Atividades Temporárias

Anexo 9 – Voluntários e CPCJ

Anexo 10 – Sinistralidade

Resende, 12 de junho de 2025

O Chefe de Divisão da DGF,

(Hildeberto Valdoleiros, Dr.)

ANEXO 2 - FROTA AUTOMÓVEL

FROTA AUTOMÓVEL															
Matricula	Marca	C.C.	P.B.	Data Matricula	N.º Lug	Categoria	COBERTURAS								
							RC	Danos Próprios - FR/IRE/CCC	AV	FN	AVA	PJ	OC	QIV	VS
12-HE-09	YAMANHA	49,9		2002	1	Ciclomotor	Obrigatório								
12-HE-10	YAMANHA	49,9		2002	1	Ciclomotor	Obrigatório								
26-40-PO	ISUZU	4751	7500	2000	3	Hig. Urbana	Obrigatório				Sim	Sim	Sim	Sim	
56-43-UL	IVECO	7790	19000	2002	3	Hig. Urbana	Obrigatório				Sim	Sim	Sim	Sim	
96-EU-07	IVECO	7790	19000	2007	3	Hig. Urbana	Obrigatório				Sim	Sim	Sim	Sim	
26-XQ-44	MITSUBISHI	2998	3500	mai/19	6	Lig. Merc	50 000 000,00 €	29 962,50 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
92-91-TQ	NISSAN	2953	3500	2002	6	Lig. Merc	Obrigatório	0,00 €			Sim	Sim	Sim	Sim	
UX-34-50	MITSUBISHI	2477	2510	1991	2	Lig. Merc	Obrigatório	0,00 €			Sim	Sim	Sim	Sim	
52-82-OF	TOYOTA	2986	3500	1999	6	Lig. Merc	Obrigatório	0,00 €			Sim	Sim	Sim	Sim	
41-90-ET	MITSUBISHI	2477	2510	1994	5	Lig. Merc	Obrigatório	0,00 €			Sim	Sim	Sim	Sim	
96-EA-86	TOYOTA	2982	2200	2007	6	Lig. Merc	Obrigatório	0,00 €			Sim	Sim	Sim	Sim	
43-DU-45 (1)	MITSUBISHI	2477	2400	2007	5	Lig. Merc	Obrigatório	0,00 €			Sim	Sim	Sim	Sim	
43-DU-44 (1)	MITSUBISHI	2477	2400	2007	5	Lig. Merc	Obrigatório	0,00 €			Sim	Sim	Sim	Sim	
15-LQ-35	CITROEN	1248	1710	abr/11	5	Lig. Pas	50 000 000,00 €	8 500,00 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
72-OA-86	PEUGEOT	1560	1800	set/13	5	Lig. Pas	50 000 000,00 €	11 050,00 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
03-VV-63	PEUGEOT	1997	2845	dez/18	9	Lig. Pas	50 000 000,00 €	24 773,25 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
53-EI-37	PEUGEOT	1560	1360	2007	5	Lig. Pas	Obrigatório	0,00 €			Sim	Sim	Sim	Sim	
53-EI-44	PEUGEOT	1560	1360	2007	5	Lig. Pas	Obrigatório	0,00 €			Sim	Sim	Sim	Sim	
53-EI-38	PEUGEOT	1560	1360	2007	5	Lig. Pas	Obrigatório	0,00 €			Sim	Sim	Sim	Sim	
39-27-TO	HYUNDAI	2476	2700	2002	9	Lig. Pas	Obrigatório	0,00 €			Sim	Sim	Sim	Sim	
51-64-TZ	PEUGEOT	1398	1696	2002	5	Lig. Pas	Obrigatório	0,00 €			Sim	Sim	Sim	Sim	
64-31-IX	OPEL	1488	1465	1997	5	Lig. Pas	Obrigatório	0,00 €			Sim	Sim	Sim	Sim	
90-84-PH	VOLVO	2461	1687	2000	5	Lig. Pas	Obrigatório	0,00 €			Sim	Sim	Sim	Sim	
15-MC-21	PEUGEOT	2198	3000	jun/11	9	Lig. Pas	50 000 000,00 €	14 450,00 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
79-BA-13	MITSUBISHI	3908	3800	dez/05	3	Pes. Merc	Obrigatório	0,00 €			Sim	Sim	Sim	Sim	
99-77-RG	MAN	11967	26000	2001	3	Pes. Merc	Obrigatório	0,00 €			Sim	Sim	Sim	Sim	
78-BS-68	IVECO	2998	5200	jun/06	20	Pes. Pas	50 000 000,00 €	15 300,00 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
63-EZ-50	IVECO	2998	5200	dez/07	20	Pes. Pas	50 000 000,00 €	8 500,00 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
63-EZ-51	IVECO	2998	5200	dez/07	20	Pes. Pas	50 000 000,00 €	8 500,00 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
42-IN-25	IVECO	2998	5200	dez/09	20	Pes. Pas	50 000 000,00 €	11 050,00 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
42-IN-27	IVECO	2998	5200	dez/09	20	Pes. Pas	50 000 000,00 €	11 050,00 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
95-NL-44	RENAULT	2299	3870	jan/13	17	Pes. Pas	50 000 000,00 €	17 000,00 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
95-NL-45	RENAULT	2299	3870	jan/13	17	Pes. Pas	50 000 000,00 €	17 000,00 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
40-QL-63	MAN	6871	14200	out/15	45	Pes. Pas	50 000 000,00 €	109 123,85 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
52-QU-20	CASE			2002	1	Retro - Escavadora	Obrigatório	0,00 €							
22-UA-08	CASE			2002	1	Retro - Escavadora	Obrigatório	0,00 €							
24-PH-16	CATERPILAR438C			1997	1	Retro - Escavadora	Obrigatório	0,00 €							
Kom PC210-7	KOMATSU			2003	1	Retro - Escavadora Rastos	Obrigatório	0,00 €							
26602497	YANMAR V10 30	1331	3270	2006	1	Retro - Escavadora Rastos	Obrigatório	0,00 €							
34-88-TR	RENAULT (b)	3770	6000	2002	1	Trator Agrícola	Obrigatório	0,00 €							
26-29-BJ	FORD (a) (c)	3293		1993	1	Trator Agrícola	Obrigatório	0,00 €							
S/MAT (7495521)	ORSI RIBER 500			22/6/05	1	Roadadora Trituradora	Obrigatório	0,00 €							

P-90530	MASSIL		4200	2004		Reboque Agrícola	Obrigatório	0,00 €							
P-57933	REBOAL		5500	1993		Reboque Cisterna	Obrigatório	0,00 €							
AD-28-CB (1)	MITSUBISHI			01/10/2020	5	Lig. Merc.	50 000 000,00 €	27 148,98 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
AD-33-CB (1)	MITSUBISHI			30/09/2020	5	Lig. Merc.	50 000 000,00 €	27 009,99 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
AD-50-TS	Manitou			30/10/2020	1	Retro - Escavadora	Obrigatório	0,00 €							
15-76-IQ	FORD FIESTA				2	Lig.Pas	50 000 000,00 €	0,00 €			Sim	Sim	Sim	Sim	
AR-96-RU	HYUNDAI (Elétrico)				5	Lig.Pas	50 000 000,00 €	34 042,82 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
AV-26-ZX	IVECO (Autocarro)				31	Pes.Pas	50 000 000,00 €	108 732,00 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
VR-1463	LIDER		3500	28-12-2023	0	Reboque – Esp Transp Veícul	Obrigatório	0							
BD-24-QN	MITSUBISHI	2998,00	8550,00	13-09-2023	3	Pes. Recolha de Lixo	Obrigatório	129 432,90 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
BJ-94-AT	MERCEDES-BENZ	1993,00	2920	22-04-2024	5	Lig. Pas.	50 000 000,00 €	68 207,87 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
BI-02-EM	CITROEN E-BERLINGO	267	1834	25-03-2024	5	Lig. Pas. (Elétrica)	50 000 000,00 €	30 507,69 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
BI-04-EN	CITROEN E-BERLINGO	267	1834	25-03-2024	5	Lig. Pas. (Elétrica)	50 000 000,00 €	30 507,69 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
17-UD-42	NISSAN NAVARA			19-01-2018	3	Lig. Merc.	50 000 000,00 €	24 896,49 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
BO-38-IH	FORD FBD			13-10-2024	18	Pes.Pas	50 000 000,00 €	54 826,02 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
BO-40-IF	FORD FBD			10-10-2024	18	Pes.Pas	50 000 000,00 €	54 826,02 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
BO-48-PC	ISUZU NLR 150.35/34			45596,00	3	Lig. Merc.	50 000 000,00 €	44 827,90 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
A adquirir	Carrinha pickup				5	Lig. Merc	50 000 000,00 €	35 000,00 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
A adquirir	Trator limpa bermas				1	Trator Agrícola	50 000 000,00 €	50 000,00 €							
A adquirir	Camião lixo grande				3	Hig. Urbana	50 000 000,00 €	225 000,00 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
A adquirir	Camião lixo pequeno				3	Hig. Urbana	50 000 000,00 €	175 000,00 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
A adquirir	Transporte coletivo(2)				18	Pes.Pas	50 000 000,00 €	65 000,00 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
A adquirir	Transporte coletivo(2)				18	Pes.Pas	50 000 000,00 €	65 000,00 €	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	

(1) Fazem serviço de reboque

(2) Efetuará transporte de crianças

LEGENDA:

(RC) Responsabilidade Civil

(AVA) Assistência em Viagem

(PJ) Protecção Jurídica

(QIV) Quebra Isoldada de Vidros

(OC) Ocupantes

(VS) Veículo Substituição

(PB) Peso Bruto

(FR) Furto ou Roubo

(IRE) Incendio, Raio ou Explosão

(CCC) Choque, Colisão e Capotamento

(AV) Atos de Vandalismo

(FN) Fenomenos da Natureza

ANEXO 3 – MÁQUINAS CASCO

Matrícula	Marca // Modelo	Descrição do tipo de máquina	Ano Construção	Capital a Segurar (em novo)	OBS
MAN1650RGDE200096	MANITOU 1650R	Mini - escavadora e "Bob-Cats"	13/11/2020	49 175,40 €	
				49 175,40 €	

ANEXO 4 – RELAÇÃO DO PATRIMÔNIO

LISTAGEM DOS EDIFÍCIOS/EQUIPAMENTOS A SEGURAR E SEUS CAPITALS					
Descrição	Edifício	Recheio	Equip Eletrônico	Ano Construção	Localização
OFICINAS MUNICIPAIS	100 000,00 €	25 000,00 €	5 000,00 €	2005	FRONTTELHEIROS-RESENDE
AUDITÓRIO MUNICIPAL E PISCINAS COBERTAS	1 000 000,00 €	75 000,00 €	20 000,00 €	2005	VILA DE RESENDE
BIBLIOTECA MUNICIPAL	75 000,00 €	25 000,00 €	2 000,00 €	1990	PORTELA-RESENDE
LOJA INTERATIVA DE TURISMO DE RESENDE	75 000,00 €	60 000,00 €	30 000,00 €	2002	LARGO DA FEIRA-RESENDE
POSTO DE ATENDIMENTO DE SÃO MARTINHO DE MOUROS	75 000,00 €	5 000,00 €	2 500,00 €	2010	VILA DE S.M.MOUROS
PAVILHÃO DE SÃO MARTINHO DE MOUROS	500 000,00 €	5 000,00 €	2 500,00 €	2003	VILA DE S.M.MOUROS
CENTRO DE ANIMAÇÃO DE CALDAS DE ARÊGOS	350 000,00 €	30 000,00 €	15 000,00 €	2005	CALDAS DE ARÊGOS-MIOMÃES
PAVILHÃO MUNICIPAL DE RESENDE	850 000,00 €	5 000,00 €	2 500,00 €	1989	PAÇO-RESENDE
FÓRUM MUNICIPAL	500 000,00 €	50 000,00 €	20 000,00 €	2013	VILA DE RESENDE
CASA DA PORTELA	50 000,00 €	5 000,00 €	2 500,00 €	1984	PORTELA-RESENDE
CASA DE COLMO DA PANCHORRA	50 000,00 €	1 500,00 €		2014	PANCHORRA
DELEGAÇÃO ESCOLAR	50 000,00 €	2 500,00 €			VILA DE RESENDE
ANTIGO POSTO DA G.N.R. DE RESENDE	75 000,00 €	1 500,00 €		1989	VILA DE RESENDE
MUSEU MUNICIPAL	800 000,00 €	75 000,00 €	15 000,00 €	2005	VILA DE RESENDE
EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO	600 000,00 €	75 000,00 €	20 000,00 €	1998	VILA DE RESENDE
COMPLEXO DESPORTIVO DA GRANJA	50 000,00 €	5 000,00 €		1997	GRANJA-CÁRQUERE
MATADOURO MUNICIPAL	250 000,00 €	50 000,00 €	10 000,00 €	2000	FRONTTELHEIROS-RESENDE
ESCOLA DO 1 CICLO DE CALDAS DE ARÊGOS	40 000,00 €				CALDAS DE ARÊGOS-ANREADE
ESCOLA DO 1 CICLO DA GRANJA DE ANREADE	40 000,00 €				ANREADE
ESCOLA DO 1 CICLO DE CÁRQUERE	40 000,00 €				CÁRQUERE
ESCOLA DO 1 CICLO DE PASSOS	40 000,00 €				CÁRQUERE
CENTRO INTERPRETATIVO DO MONTEMURO	80 000,00 €	15 000,00 €	5 000,00 €	2013	FEIRÃO
CENTRO DE APOIO AO TURISMO ATIVO DO MONTEMURO	100 000,00 €	15 000,00 €	5 000,00 €	2019	FELGUEIRAS
ESCOLA DO 1 CICLO DE FREIGIL	40 000,00 €				FREIGIL
ESCOLA DO 1 CICLO DE MIOMÃES	40 000,00 €				MIOMÃES
ESCOLA DO 1 CICLO DA GRANJA DE OVADAS	40 000,00 €				OVADAS
ESCOLA DO 1 CICLO DE OVADAS	40 000,00 €				OVADAS
ESCOLA DO 1 CICLO DA BOAVISTA	40 000,00 €				ENXERTADO-RESENDE
ESCOLA DO 1 CICLO DE RENDUFE DE CIMA	40 000,00 €			1987	MINHÃES-RESENDE
ESCOLA DO 1 CEB DE RESENDE e CRECHE	300 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	2005	VILA DE RESENDE
ESCOLA DO 1 CICLO DE VINHÓS	40 000,00 €				VINHÓS-RESENDE
CENTRO ESCOLAR DE SÃO CIPRIANO	1 000 000,00 €	50 000,00 €	20 000,00 €	2013	S. CIPRIANO
ESCOLA DO 1 CICLO DE SÃO ROMÃO	40 000,00 €				S. ROMÃO
CENTRO DE CERÂMICA DA RAPOSEIRA	90 000,00 €	15 000,00 €	5 000,00 €	2013	S. JOÃO DE FONTOURA
ESCOLA DO 1 CICLO DO BAIRRO	40 000,00 €				S. JOÃO DE FONTOURA
EBM DO BAIRRO	20 000,00 €				S. JOÃO DE FONTOURA
ESCOLA DO 1 CICLO DE COVELAS	40 000,00 €				S. JOÃO DE FONTOURA
ESCOLA DO 1 CICLO DE Stª EULÁLIA	50 000,00 €				S. MARTINHO MOUROS
CENTRO INTERPRETATIVO DA CEREJA	135 000,00 €	15 000,00 €	5 000,00 €	2013	S. MARTINHO MOUROS
ESCOLA DO 1 CICLO DE CANTIM	40 000,00 €				S. MARTINHO MOUROS
ESCOLA DO 1 CICLO DO BARRACÃO	60 000,00 €				S. MARTINHO MOUROS
ESCOLA DO 1 CICLO DE CÊTOS	40 000,00 €				BARRÔ
ESCOLA DO 1 CICLO DE VILAR	60 000,00 €				BARRÔ
CENTRO APOIO DE MONTANHA A CAMINHEIROS E CICLOTURISTAS	168 855,53 €	15 000,00 €	5 000,00 €		PAUS
ESCOLA DO 1 CICLO DE LAGES	40 000,00 €				PAUS
CENTRO INTERPRETATIVO DE OLARIA DO BARRO PRETO – FAZANDEIRO	172 771,48 €	15 000,00 €	5 000,00 €		PAUS
EBM DA GRANJA DE OVADAS	20 000,00 €				OVADAS
ESCOLA DO 1 CICLO DA PANCHORRA	40 000,00 €				PANCHORRA
ESCOLA DO 1 CICLO DA TALHADA	40 000,00 €				TALHADA
PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DE FREIGIL	400 000,00 €	5 000,00 €	2 500,00 €	2006	FREIGIL
PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DE ANREADE	750 000,00 €	10 000,00 €	5 000,00 €	2006	ANREADE
BAR DA PRAIA FLUVIAL DA PANCHORRA		1 500,00 €			PANCHORRA
BAR DAS PISCINAS DE PORTO DE REI		2 500,00 €			S. JOÃO DE FONTOURA
BAR DA PONTE DA LAGARIÇA		1 500,00 €			FREIGIL
CENTRO ESCOLAR DE SÃO MARTINHO DE MOUROS	1 000 000,00 €	75 000,00 €	20 000,00 €	2007	S. MARTINHO MOUROS
CASA DOS MAGISTRADOS	75 000,00 €	15 000,00 €		1964	VILA DE RESENDE
POSTO DE TURISMO DE CALDAS DE ARÊGOS	25 000,00 €	5 000,00 €	2 500,00 €		CALDAS DE ARÊGOS-ANREADE
EDIFÍCIO DE APOIO À PISCINA DE CALDAS DE ARÊGOS	50 000,00 €	10 000,00 €		2008	CALDAS DE ARÊGOS-ANREADE
EDIFÍCIO DE APOIO À MARINA DE CALDAS DE ARÊGOS ^{a)}	125 000,00 €	240 000,00 €	1 500,00 €	2008	CALDAS DE ARÊGOS-MIOMÃES
CENTRO CULTURAL E AUDITÓRIO SÃO CIPRIANO	600 000,00 €	75 000,00 €	10 000,00 €	2010	S. CIPRIANO
CENTRO DE NOITE DE SÃO ROMÃO	350 000,00 €	25 000,00 €	10 000,00 €	2008	S.ROMÃO
CENTRO DE NOITE DE FELGUEIRAS	350 000,00 €	25 000,00 €	10 000,00 €	2009	FELGUEIRAS
CENTRO ESCOLAR DE RESENDE	1 000 000,00 €	75 000,00 €	20 000,00 €	2010	RESENDE
MÓDULOS DE APOIO A EVENTOS	100 000,00 €			2012	VILA DE RESENDE
ESTÁDIO DE FORNELOS	750 000,00 €	15 000,00 €	1 500,00 €	2011	ANREADE
PROMOTORA VIRTUAL OUTDOOR 47”			18 000,00 €	2015	LARGO DA FEIRA-RESENDE
PAINEL INFORMATIVO MULTIMÉDIA			25 000,00 €	2009	JARDIM 25 DE ABRIL – RESENDE
MÓDULO SANITÁRIO DO PARQUE LAZER DO BERNARDO	3 198,00 €				BARRÔ
ESTÁTUA DO JARDIM 25 DE ABRIL		50 000,00 €			JARDIM 25 DE ABRIL – RESENDE
TERMINAL DE LEITURAS DE ÁGUA		1 051,65 €			
DUAS ESTAÇÕES METEOROLÓGICAS		18 105,60 €			
EQUIPAMENTO GPS		21 129,07 €			
TERMAS CALDAS DE ARÊGOS	2 000 000,00 €	50 000,00 €	20 000,00 €		CALDAS DE ARÊGOS – MIOMÃES
LOJA DE CIDADÃO DE RESENDE		10 000,00 €	5 000,00 €		RESENDE
LOJA FRAÇÃO H – CALDAS DE ARÊGOS	20 000,00 €				CALDAS DE ARÊGOS – ANREADE
CENTRO DE SAÚDE DE RESENDE	1 828 103,42 €	50 000,00 €	100 000,00 €		RESENDE
CENTRO DE SAÚDE SÃO MARTINHO DE MOUROS	464 538,43 €	30 000,00 €	50 000,00 €		S. MARTINHO DE MOUROS
CENTRO DE SAÚDE DE SÃO CIPRIANO ^{b)}		15 000,00 €	20 000,00 €		S. CIPRIANO
ESCOLA EB2 DE RESENDE	2 166 691,60 €	75 000,00 €	20 000,00 €		RESENDE
PAVILHÃO DA ESCOLA EB2 DE RESENDE	432 655,31 €	5 000,00 €	2 500,00 €		RESENDE
CENTRO RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS RESENDE/BAIÃO	712 200,28 €	30 000,00 €	10 000,00 €		RESENDE
OUTROS BENS NÃO DISCRIMINADOS	330 985,95 €	68 713,68 €	20 000,00 €		
TOTAL	22 000 000,00 €	1 650 000,00 €	580 500,00 €		

a) No valor do recheio, 221.950,00€ correspondem a 10 embarcações, conforme listagem a fornecer na celebração do contrato de seguro

b) A Extensão de Saúde de S. Cipriano não tem valor de capital atribuído ao edifício porque irá funcionar, aquando a transferência para o Município, no Centro Escolar de S. Cipriano.

ANEXO 5 - LISTAGEM DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS, CULTURAIS E RECREATIVAS

LISTAGENS INSTALAÇÕES
Piscinas Cobertas Resende
Piscinas Descobertas Resende
Piscinas Descobertas Porto de Rei
Piscinas Descobertas Caldas de Arêgos
Parque Fluvial, de Lazer e Desportivo de Porto de Rei
Parque Fluvial e de Lazer da Lagariça
Parque Fluvial e de Lazer da Panchorra
Pavilhão Gimnosdesportivo de S. Martinho de Mouros
Pavilhão Gimnosdesportivo de Resende
Pavilhão Gimnosdesportivo de Anreade
Pavilhão Gimnosdesportivo de Freigil
Pavilhão Gimnosdesportivo da Escola EB2 de Resende
Estádio Municipal de Fornelos
Complexo Desportivo da Granja (Campo de Futebol de 7, Campo de Ténis e Campo de Basquetebol)
Parque de Lazer do Bernardo
Parque de Lazer do Penedo de S. João
Miradouro de S. Cristóvão
Termas de Caldas de Arêgos

ANEXO 6 - LISTAGEM DOS PARQUES INFANTIS

LISTAGENS PARQUES INFANTIS
Parque Infantil localizado no Parque Urbano da Vila de Resende
Parque Infantil localizado em Caldas de Arêgos - Anreade - Resende



DEFESA NACIONAL
AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL
CAPITANIA DO PORTO DO DOURO
DELEGAÇÃO MARÍTIMA DA RÉGUA

Exmo. Senhor
Município de Resende
Av. Rebelo Moniz
4660-215 Resende

Sua referência:

Nossa referência:

Data 28-01-2019

N.º : 19

Processo:

Assunto: **ENVIO DE DOCUMENTOS**

Para os efeitos tidos por convenientes, Junto se envia livrete da embarcação de recreio (MT) n.º 933RE5 "BARCA D'AREGOS", taxa de farolagem e balizagem, licença de encalhe n.º 5/2019 e recibo/fatura n.º 2019-RE-37.

Com os melhores cumprimentos

/ O Capitão do Porto,

/
José Zacarias da Cruz Martins
Capitão-de-mar-e-guerra

Adjunto do Capitão do Porto,

8100706
Frederico João G. S. Branco Martins
Primeiro-tenente



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL
CAPITANIA DO PORTO DO DOURO
DELEGAÇÃO MARÍTIMA DA RÉGUA

TAXA DE FAROLAGEM E BALIZAGEM

(Marítimo-Turística)

CONJUNTO DE IDENTIFICAÇÃO: 933RE5

NOME DA EMBARCAÇÃO: BARCA D'AREGOS

PROPRIETÁRIO: MUNICIPIO DE RESENDE

Certifica-se que o proprietário da embarcação acima identificado procedeu ao pagamento da Taxa de Farolagem e Balizagem, nos termos do preceituado no Decreto-Lei n.º 12/97, na data de 23 de Fevereiro de 2019.

A VALIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO TERMINA EM:
22 de Fevereiro de 2020

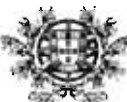
Peso da Régua, 25 de Janeiro de 2019

O Capitão do Porto,

O Adjunto do Capitão do Porto,

9100706

Frederico João G. S. Branco Martins
Primeiro-tenente



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL**

Capitania do Porto do Douro
Delegação Marítima da Régua
Contribuinte nº 600012662

RECIBO Nº 2019-RE- 37

DATA: 28-jan-2019

ORIGINAL

Entidade: MUNICIPIO DE RESENDE

Cont. Nº: 506349381

Morada: AV REBELO MONIZ

Telefone: 926565700

Código Postal: 4660-212

Fax:

Embarcação: 933RE5 BARCA D'AREGOS

TAB = 2.5

VERBA	SERVIÇO PRESTADO	VALOR BASE	VALOR Tx. Agrav.	VALOR TOTAL
2.19.4	Portes Correio	3.00 €	0.00 €	3.00 €
2.17.1	Tamanho A4, p/b, por página	1.00 €	0.00 €	1.00 €
10 04	Taxa Farolagem - Embarcações nacionais marítimo-turísticas até 30 tAB	56.00 €	0.00 €	56.00 €
3.54	Deslo. Pessoal serviço (km entre Repartição e local prestação serviço)	60.00 €	0.00 €	60.00 €
3 27	Certificado de navegabilidade	6.50 €	0.00 €	6.50 €
3.3	Vist. renovação do Certificado de Navegabilidade (nado e seco) - Embarcações <	30.00 €	0.00 €	30.00 €
2.64	Licença de encalhe	12.00 €	0.00 €	12.00 €

Taxa ISN (art. 6 DL 349/85, 26 AGO, redação dada pelo DL 68/2001, 23FEV)

2 19 €

Imposto de Selo

0.00 €

TOTAL RECIBO:

170.69 €

PROCESSADO POR COMPUTADOR

Recebi a importância de: **170.69 € (Cento e setenta euros e Sessenta e nove cêntimos)**

Observações:

O ESCRIVÃO

[Assinatura]



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL
CAPITANIA DO PORTO DO DOURO
DELEGAÇÃO MARÍTIMA DA RÉGUA

Licença nº 5 / 2019

Por esta Delegação se concede a MUNICIPIO DE RESENDE, NIF 506349381, Licença de encalhe (por tonelada ou fracção) durante o período de 23/01/2019 a 23/01/2019.

Observações:

Local: Caldas de Aregos

Embarcação: 933RE5 "BARCA D'AREGOS" (MT).

Régua, 23 de Janeiro de 2019

O Escrivão,



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL

Capitania do Porto do Douro
Delegação Marítima da Régua
Contribuinte nº 600012662

NÃO SERVE DE RECIBO

FACTURA Nº 2019-RE- 37

DATA: 28-jan-2019

ORIGINAL

Entidade: MUNICIPIO DE RESENDE
Morada: AV REBELO MONIZ
Código Postal: 4660-212

Cont. Nº: 506349381
Telefone: 926565700
Fax:

Embarcação: 933RE5 BARCA D'AREGOS

TAB = 2.5

VERBA	SERVIÇO PRESTADO	VALOR BASE	VALOR Tx. Aarv.	VALOR TOTAL
2.19.4	Portes Correio	3.00 €	0.00 €	3.00 €
2.17.1	Tamanho A4, p/b, por página	1.00 €	0.00 €	1.00 €
10.04	Taxa Farolagem - Embarcações nacionais marítimo-turísticas até 30 TAB	56.00 €	0.00 €	56.00 €
3.54	Deslo. Pessoal serviço (km entre Repartição e local prestação serviço)	60.00 €	0.00 €	60.00 €
3.27	Certificado de navegabilidade	6 50 €	0.00 €	6.50 €
3.3	Vist. renovação do Certificado de Navegabilidade (nado e seco) - Embarcações <	30.00 €	0.00 €	30.00 €
2.64	Licença de encalhe	12.00 €	0.00 €	12.00 €

Taxa ISN (art. 6 DL 349/85, 26 AGO, redação dada pelo DL 68/2001, 23FEV)

2.19 €

Imposto de Selo

0.00 €

TOTAL FACTURA:

170.69 €

PROCESSADO POR COMPUTADOR

Importa em: **170.69 € (Cento e setenta euros e Sessenta e nove cêntimos)**

Observações:

IVA Isento - n.º 2 do Art. 2º do CIVA.
Prazo de Pagamento 30 dias
Findo este prazo são devidos juros %
DL 73/99 de 16 de Março

O ESCRIVÃO

EMBARCAÇÃO DE RECREIO

★

LIVRETE

N.º 933RE5


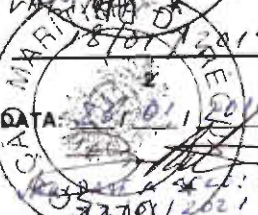
Entidade que procede ao Registo
DELEGAÇÃO MARÍTIMA DA RÉGUA

O Capitão do Porto,


Carlos Osvaldo Rodrigues Campos

Capitão-de-mar-e-guerra

(Selo branco com nùbrica do responsável máximo da entidade que
procede ao registo)

 DATA: 18/01/2019	4
	DATA: ____/____/____
 DATA: 22/01/2020	5
	DATA: ____/____/____
3	6
DATA: ____/____/____	DATA: ____/____/____

*O livrete como certificado de navegabilidade,
perde a validade se não forem efectuadas as
vistorias (casco, propulsão, comunicações, meios
de salvação, esgotos e extinção de incêndios)
previstas na lei.*

TRANSCRIÇÃO DO REGISTO

A Fis. 134 L.º 5 sob o n.º 933RE5

fica registada a embarcação de recreio denominada

BARCA D'AREGOS

da qual é proprietário:

MUNICIPIO DE RESENDE

Residente Avenida Rebelo Moniz
4660-212 Resende
Portugal

Tipo e zona: 5 - Águas Abrigadas

Comp. 8,82 Boca: 2,12 Pontal: 1,08

Arqueação: 2,500 Lotação: 14

Material do casco: PRFV

Cor: (Casco) Branco

(Superestrutura) Branco

Marca: Levant

Modelo: CABIN OUTBOARD

Número de casco: PT-LV8P004G010

Data de construção: 2010

Motor

P/S	Marca	Número	Tipo	Potência		Combustível
				HP	KW	
P	Yamaha	6C6-1015957	Fora de Borda	60,00	44,74	Gasolina
P	Yamaha	6C6-1016527	Fora de Borda	60,00	44,74	Gasolina

Registos anteriores

C. Identificação	Nome	Data Registo
933RE5	BARCA D AREGOS	23-02-2010
933RE5	BARCA D AREGOS	08-06-2011
933RE5	BARCA D AREGOS	07-11-2012
933RE5	BARCA D AREGOS	14-03-2018

Meios de salvação, esgotos e extinção de Incêndios

Nº jangadas:	0	Lot. jang.:	0	Nº disperad.:	0
Nº emb. aux.:	0	Lot. emb. aux.:	0	Nº bolas simpl.:	0
Nº bolas ret.:	1	Nº bolas sinal:	0	Nº coletes:	14
Nº ajudas:	0	Nº paraqued:	0	Nº fachos:	0
Nº fumígenos:	0	Nº arneses:	0	Vertedouros:	0
Bomba man.:	1	Bomba elec.:	1	Nº ext (1Kg):	0
Nº ext (>2Kg):	1				

Meios de comunicação

VHF Fixo:	N	Radlobaliza:	N	RX MSI:	N
VHF Portátil:	N				

Averbamentos:

Data de registo 17-07-2018

Obs:

Embarcação a utilizar exclusivamente na Marítimo-Turística na modalidade com Inpulação
Registo na RNAAT, n.º 1212/2018.
Fora da Barra dos portos, deverá ter a bordo 2 fachos de mão dentro da validade
Deverá ter coletes de salvação para todas as cnanças embarcadas.

ANEXO 8 - UTENTES DAS INSTALAÇÕES

Principais infra-estruturas e /ou instalações desportivas, recreativas, de lazer e culturais	Média anual de utentes		Capacidade Utentes	Observações
	Regime livre	Regime de inscrição		
Piscinas Cobertas Resende	0	220	220	Funcionamento 01/09 a 30/06
Piscinas Descobertas Resende	0	220	220	Funcionamento 01/06 a 30/09
Piscinas Descobertas Porto de Rei	0	150	150	Funcionamento 01/06 a 30/09
Piscinas Descobertas Caldas de Aregos	0	100	100	Funcionamento 01/06 a 30/09
Parque Fluvial, de Lazer e Desportivo de Porto de Rei	500 – C/Vigilante	0	500	Funcionamento 01/06 a 30/09
Parque Fluvial e de Lazer da Lagariça	150 – C/Vigilante	0	150	Funcionamento 01/06 a 30/09
Parque Fluvial e de Lazer da Panchorra	100 – C/Vigilante	0	100	Funcionamento 01/06 a 30/09
Pavilhão Gimnosdesportivo de S. Martinho de Mouros	0	100	100	Funcionamento 01/01 a 31/12
Pavilhão Gimnosdesportivo de Resende	0	100	100	Funcionamento 01/01 a 31/12
Pavilhão Gimnosdesportivo de Anreade	0	50	50	Funcionamento 01/01 a 31/12
Pavilhão Gimnosdesportivo de Freigil	0	50	50	Funcionamento 01/01 a 31/12
Complexo Despotivo da Granja (Campo de Futebol de 7, Campo de Ténis e Campo de Basquetebol)	0	100	100	Funcionamento 01/01 a 31/12
Estádio Municipal de Fornelos	0	150	150	Funcionamento 01/01 a 31/12
Parque de Lazer do Bernardo	100 – C/Vigilante	0	100	Funcionamento 01/06 a 30/09
Pavilhão Gimnosdesportivo da Escola EB2 de Resende	0	50	50	Funcionamento 01/01 a 31/12
Jardim 25 de Abril	50 - S/Vigilante	0	50	Funcionamento 01/01 a 31/12
Zona de Lazer do Penedo de S. João	100 - S/Vigilante	0	100	Funcionamento 01/01 a 31/12
Miradouro de S. Cristóvão	100 - S/Vigilante	0	100	Funcionamento 01/01 a 31/12
Termas de Caldas de Arêgos	0	100	100	Funcionamento 01/01 a 31/12

ANEXO 9 - ATIVIDADES TEMPORÁRIAS

Actividade / Acontecimento	Duração (dias)	Número Pessoas	Observações
Gala do Desporto	1	300	- Atividade realizada todos os anos.
Caminhada do Dia Internacional da Mulher	1	350	- Atividade realizada todos os anos.
Férias na Câmara	90	350	- Os 90 dias de duração repartem-se por: 15 dias nas férias de Natal, 15 dias nas Férias da Páscoa e 60 dias nas férias de Verão; - Contempla 350 alunos por período; - Atividade realizada todos os anos.
Cortejo do Festival da Cereja	1	1000	- Atividade realizada todos os anos.
Ateliês, Oficinas e Workshops	365	300	- Duração de 365 dias, contemplando 300 participantes por dia; - Atividade realizada todos os anos.
Passeio dos Idosos	1	1500	- Atividade realizada todos os anos.
Sala de Estudo Acompanhado	365	300	- Duração de 365 dias, contemplando 300 participantes por dia; - Atividade realizada todos os anos.
Comemoração do Dia do Idoso	1	500	- Atividade realizada todos os anos.
Torneios de Boccia	6	300	- Ao longo de cada ano serão realizados 6 torneios, sendo que em cada um, participarão 300 participantes; - Atividades realizadas todos os anos.
Comemoração do Dia dos Avós	1	300	- Atividade realizada todos os anos.
Comemoração do Dia da Pessoa Portadora de Deficiência	1	300	- Atividade realizada todos os anos.
Re (Viver)	1	300	- Atividade realizada todos os anos.
Comemoração do Dia da Família	1	300	- Atividade realizada todos os anos.

Giravolei Municipal	6	300	- Ao longo de cada ano serão realizados 6 atividades, sendo que em cada um, participarão 300 participantes; - Atividades realizadas todos os anos.
Andebol	6	300	- Ao longo de cada ano serão realizados 6 atividades, sendo que em cada um, participarão 300 participantes; - Atividades realizadas todos os anos.
Futebol	6	300	- Ao longo de cada ano serão realizados 6 atividades, sendo que em cada um, participarão 300 participantes; - Atividades realizadas todos os anos.
Caminhadas	12	350	- Ao longo de cada ano serão realizadas 12 caminhadas, sendo que em cada uma, participarão 350 participantes; - Atividades realizadas todos os anos.
Academia de Música	365	200	- Duração de 365 dias, contemplando 200 participantes por dia; - Atividade realizada todos os anos. (Inclui aulas e atuações no Concelho e fora do Concelho).
Oficinas de Teatro	365	200	- Duração de 365 dias, contemplando 200 participantes por dia; - Atividade realizada todos os anos. (Inclui aulas e atuações no Concelho e fora do Concelho).
Dia Internacional da Juventude	1	500	- Atividade realizada todos os anos.
Atividades Adicionais	24	350	- Ao longo de cada ano poderão ser realizadas ainda 24 atividades adicionais, sendo que em cada uma, participarão 350 participantes; - Atividades realizadas todos os anos.

ANEXO 10 - VOLUNTÁRIOS E CPCJ

ESTIMATIVA ANUAL VOLUNTÁRIOS		
DESIGNAÇÃO	Nº	ACTIVIDADES A DESEMPENHAR
COMISSÁRIOS da C.P.C.J.	8	Exercício das funções previstas nas alíneas h), i), j), l) e m) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei da Proteção e Crianças e Jovens em Risco, aprovada pela Lei n.º 47/99, de 1 de setembro, que foi alterada e republicada pela Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro
Voluntários	4	Técnicos superiores, assistentes técnicos, assistentes operacionais e pintores de arte.

ANEXO 10 - SINISTRALIDADE

Ramo	20-09-2023 a 19-09-2024			20-09-2024 a 30-04-2025		
	Nº Sinist	Indemnizações	Provisões	Nº Sinist	Indemnizações	Provisões
Ac. De Trabalho	32	44 021,62 €	7 491,34 €	11	38 911,55 €	6 391,90 €
Automóvel	29	9 385,67 €	1 992,27 €	21	16 178,24 €	1 290,02 €
Multirriscos	1	831,99 €		6	10 040,45 €	
Responsabilidade Civil	13	16 958,80 €	2 697,80 €	8	9 778,90 €	380,00 €
Acidentes Pessoais	10	1 666,69 €	1 429,30 €	10	572,05 €	1 880,56 €
TOTAL	85	72 864,77 €	13 610,71 €	56	75 481,19 €	9 942,48 €